

**ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CAROLINA PAULA DE SOUZA**

**DE RIVAIS A SÓCIOS: A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ DURADOURA ENTRE
BRASIL E ARGENTINA**

RIO DE JANEIRO

2019

CAROLINA PAULA DE SOUZA

**DE RIVAIS A SÓCIOS:
a consolidação da paz duradoura entre brasil e argentina**

Trabalho de conclusão de curso – Monografia apresentado ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Pós-Graduação *Lato-sensu* em Segurança Internacional e Defesa na Escola Superior de Guerra.

Orientadora: Prof. Dra. Cintiene Sandes Monfredo Mendes

RIO DE JANEIRO

2019

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG



CAROLINA PAULA DE SOUZA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729r Souza, Carolina Paula

De rivais a sócios: a consolidação da paz duradoura entre Brasil e Argentina / Carolina Paula de Souza. - Rio de Janeiro: ESG, 2019.
59 f.

Orientador: Dra. Cintiene Sandes Monfredo Mendes

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa, 2019.

1. Geopolítica – América do Sul. 2. Integração sul-americana.
3. América do Sul – Política e governo – séc. XXI. 4. Operações de paz.
5. Segurança internacional. I. Título.

CDD – 320.98

AGRADECIMENTOS

Aqui ousou escrever sem uma forma precisa ignorando todas as ênclises – como me é de costume, pois se trata de um espaço livre e único para que eu possa agradecer e prestar uma tímida homenagem a todos que fizeram parte desse caminho. O trabalho que estará disposto nas próximas sessenta páginas é fruto de uma paixão insaciável pela América do Sul e de um desejo por conhecê-la cada vez mais. Agradeço a Deus por ter trilhado meus passos até aqui e por ter proporcionado que eu pudesse estudar aquilo que me dá prazer. Agradeço aos meus pais, Edna e Sebastião, por sempre terem prezado pela minha educação apesar de toda dificuldade e por sempre terem me incentivado em tudo que faço. Agradeço ao meu marido, Marcus, pelo apoio incondicional, por ler todos os meus artigos mesmo sem se interessar pelos assuntos e por compreender o excesso de livros e papéis pela casa. Agradeço a Samira, a amiga com quem escrevi (escrevo e escreverei) tantos artigos, que me ajuda diariamente a ampliar meus conhecimentos sobre o mundo. Agradeço ao Caio, meu melhor amigo, por ajudar a estruturar meu pensamento, por me motivar, me fazer ter fé e por discutir questões sociológicas a qualquer hora do dia. Agradeço a Dalila, Fabricio e Brenda que, mesmo de longe, sempre me deram apoio. Por último, agradeço a minha orientadora, Dra. Cintiene Sandes, por ter-me auxiliado com a pesquisa.

A paz é um processo interminável, é um produto de várias decisões tomadas por muitas pessoas em vários países. É uma atitude, um modo de vida, uma maneira de solucionar problemas e de resolver conflitos

Oscar Arias Sanchez

RESUMO

Atualmente, ao olharmos para Brasil e Argentina, deparamo-nos com uma região que não apresenta grande risco de ocorrência de conflito armado [entre Estados], contudo esse cenário nem sempre foi assim. Ao longo do processo de colonização e do Império, essa área foi palco de inúmeros embates e intervenções militares. Somente em meados do século XX, a instabilidade deu lugar à construção da estabilidade estrutural por meio da cooperação e, em seguida, por meio da integração. O objetivo deste trabalho de conclusão é analisar o processo de consolidação de Brasil e Argentina como uma região pacífica entre 1856 (data do primeiro tratado de Amizade, Comércio e Navegação) e 1988 (ano da assinatura do *Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento*). Considerando os aspectos históricos dos dois grandes parceiros na América do Sul, temos como hipótese que há uma relação de paz duradoura entre ambos, aprofundada por tratados e parcerias formalizadas, que pode vir a ser uma comunidade pluralista de segurança.

Palavras-chave: comunidades de segurança; estudos da paz; integração sul-americana; relações bilaterais; zonas de paz.

ABSTRACT

Title: *From rivals to partners: the consolidation of a lasting peace between Brazil and Argentina*

Today, when looking at Brazil and Argentina, we are faced with a region that does not present a high risk of armed conflict, but this scenario has not always been so. Throughout the colonization process and the Empire, this area was the scene of numerous clashes and military interventions. Only in the mid-twentieth century did instability give way to building structural stability through cooperation and then integration. The purpose of this concluding paper is to analyze the consolidation process of Brazil and Argentina as a peaceful region between 1856 (date of the first Friendship, Trade and Navigation treaty) and 1988 (year of the signing of the Treaty of Integration, Cooperation and Development). Considering the historical aspects of the two major partners in South America, we hypothesize that there is a lasting peace relationship between them, deepened by formalized treaties and partnerships, which may turn out to be a pluralistic security community.

Keywords: security communities; peace studies; South American integration; bilateral relations; peace zones.

RESUMEN

Título: *De rivales a socios: la consolidación de una paz duradera entre Brasil y Argentina*

Hoy, al mirar a Brasil y Argentina, nos enfrentamos a una región que no presenta un alto riesgo de conflicto armado, pero este escenario no siempre ha sido así. A lo largo del proceso de colonización y el Imperio, esta área fue escenario de numerosos enfrentamientos e intervenciones militares. Solo a mediados del siglo XX la inestabilidad dio paso a la construcción de estabilidad estructural mediante la cooperación y luego la integración. El propósito de este documento final es analizar el proceso de consolidación de Brasil y Argentina como una región pacífica entre 1856 (fecha del primer tratado de Amistad, Comercio y Navegación) y 1988 (año de la firma del Tratado de Integración, Cooperación y Desarrollo). Teniendo en cuenta los aspectos históricos de los dos socios principales en América del Sur, suponemos que existe una relación de paz duradera entre ellos, profundizada por los tratados y asociaciones formalizados, que pueden convertirse en una comunidad de seguridad pluralista.

Palabras clave: comunidades de seguridad; estudios de paz; Integración sudamericana; relaciones bilaterales; Zonas de paz.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – TIPOS DE PAZ PARA RAYMOND ARON.....	20
FIGURA 2 – TIPOS DE ZONA DE PAZ PARA KACOWICZ.....	23
FIGURA 3 – CONCEITOS DE PAZ COMPARADOS.....	25
FIGURA 4 – TERRITÓRIO DISPUTADO NA QUESTÃO DE PALMAS.....	33
FIGURA 5 – FLUXOGRAMA SOBRE A ZONA DE PAZ NEGATIVA.....	49
FIGURA 6 – FLUXOGRAMA SOBRE A ZONA DE PAZ ESTÁVEL.....	50
FIGURA 7 – FLUXOGRAMA SOBRE A COMUNIDADE PLURALISTA DE SEGURANÇA.....	53

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 – CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES PLURALISTAS DE SEGURANCA.....	27
QUADRO 2 – VARIÁVEIS PARA A ANÁLISE DA PAZ.....	29
QUADRO 3 – CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	37
QUADRO 4 – FORMAS DE PROCESS-TRACING.....	46
QUADRO 5 – ZONA DE PAZ ESTÁVEL ENTRE BRASIL E ARGENTINA.....	51
QUADRO 6 – COMUNIDADE PLURALISTA DE SEGURANÇA ENTRE BRASIL E ARGENTINA.....	53

LISTA DE SIGLAS

ABACC – Agência Brasileiro Argentina de Contabilidade e Controle

AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica

ALADI – Associação Latino-americana de Integração

ALALC – Associação Latino-americana de Livre Comércio

CRS – Complexo Regional de Segurança

EUA – Estados Unidos da América

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. OS CONCEITOS DE PAZ: PAZ NEGATIVA E PAZ DURADORA	17
2.1 Tipos de paz.....	18
2.1.1 O conceito de paz em Raymond Aron	18
2.1.2 A paz no pensamento kantiano.....	19
2.1.3 Tipos de (zona de) paz para Kacowicz.....	21
2.2 Conceitos de paz comparados	23
2.3 Comunidades Pluralistas de Segurança.....	25
2.4 Construção de indicadores	28
3. O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ ENTRE BRASIL E ARGENTINA.....	30
3.2 A Paz Negativa entre Brasil e Argentina	30
3.3 A Paz Duradoura entre Brasil e Argentina	33
4. METODOLOGIA E ANÁLISE.....	44
4.1 Acerca do recorte temporal.....	44
4.2 <i>Process-tracing</i>	45
4.3 Análise.....	46
5. CONCLUSÃO	55
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o Cone Sul¹ é visto como uma região pacífica sem grandes riscos de um conflito armado generalizado entre os países que a formam, contudo esse cenário nem sempre foi assim. Os países dessa região são portadores de um passado comum permeado de similaridades e diferenças. Todos eles foram colonizados pelos povos ibéricos, sendo que entre 1580 e 1640, após a Guerra de Sucessão², Portugal e Espanha passaram a formar uma unidade política sob uma mesma coroa: a União Ibérica. Por conta disso, nesse período, notamos um arrefecimento das tensões lindeiras, sobretudo no Prata – região de disputa entre a América Portuguesa e a América Espanhola.

No início do século XIX, as questões internas da Península Ibérica voltaram a afetar diretamente os rumos do Cone Sul. As invasões napoleônicas provocaram a queda do Rei Fernando VII na Espanha e a fuga da família real portuguesa para o Brasil. A primeira consequência disso foi a elevação do Brasil a reino³ e o processo de *cabildos abiertos* na América Espanhola. Logo em seguida, iniciaram-se os processos de independência, que deram origem a repúblicas (na América Espanhola⁴) e a uma monarquia (na América Portuguesa). Os encontros e desencontros na política e as similaridades e diferenças dos processos históricos foram, dialeticamente, construindo as relações na região, sendo que na Bacia do Prata residia (ou reside) o ponto crucial para comportamento dessas relações.

Durante o período colonial e imperial, a região platina foi palco de várias disputas. A questão de Colônia de Sacramento e da Cisplatina, o conflito contra Oribe e Rosas, a Questão de Palmas e a Guerra do Paraguai⁵ são apenas alguns exemplos da instabilidade belicosa regional, contudo a relação entre Brasil e Argentina começou a mudar no meio desse interstício conflituoso. Em 1856, foi assinado o primeiro tratado de amizade, comércio e navegação entre os dois países. No ano seguinte, foi assinado um tratado de limites que, apesar de não ter sido ratificado, demonstra um interesse em solucionar a disputa fronteira de forma pacífica. Destaco esse ponto, pois para Kacowicz (autor cuja obra será usada como um dos pressupostos teóricos deste trabalho),

¹ Por Cone Sul consideraremos Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

² A Guerra da Sucessão Portuguesa aconteceu entre 1580 e 1583 resultando no estabelecimento da União Ibérica sob o reinado de Felipe II.

³ Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

⁴ O México teve um momento monárquico após a independência (1821-1823 e 1864-1867), entretanto neste trabalho só falaremos sobre o Cone Sul, por isso ele não está incluído nessa contagem.

⁵ Esses conflitos serão explicados detalhadamente nos próximos capítulos.

a ausência de guerra está intimamente ligada à satisfação com o *status quo* territorial ou, pelo menos, à disposição em solucionar questões territoriais por meios pacíficos⁶. Sendo assim, a paz negativa⁷ entre Brasil e Argentina começou a nascer ainda no século XIX.

Após a Guerra do Paraguai, a paz negativa começou a se consolidar: em 1895, a Questão de Palmas foi solucionada por meio de uma arbitragem; e, em 1899 e 1900, aconteceu uma troca de visitas presidenciais⁸. O diplomata Alessandro Candéas, em seu artigo *Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos*, nomeia o período, que se estende do final do século XIX até meados do século XX, como sendo de *instabilidade conjuntural e busca por cooperação com momentos de rivalidade* justamente por esse momento apresentar esforços por aproximação e, ao mesmo tempo, desencontros políticos como a questão do rearmamento naval e do Telegrama nº 9.

A partir do final dos anos de 1950, houve uma maior proximidade entre os países culminando na *Declaração de Uruguaiana* e no *Convênio de Amizade e Consulta* de 1961, entretanto, na década seguinte, novos desencontros políticos surgiram e aprofundaram-se. A Questão Itaipu-Corpus é o marco principal desses desencontros; para Candéas, essa questão é a razão pela qual a década de 1970 caracteriza-se pelo predomínio da rivalidade. O fim dessa controvérsia, porém, é o ponto de inflexão da história das relações bilaterais entre Brasil e Argentina. A partir da assinatura do *Acordo Tripartite* (1979), esses países passaram a cooperar em inúmeras matérias sensíveis: em 1980, foi firmado o *Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear*; pouco depois, foram firmadas a *Declaração de Iguazú* e a *Declaração Conjunta sobre Política Nuclear*. Em 1986, Alfonsín e Sarney assinaram a *Ata para a Integração Brasileiro-Argentina* e criaram a *Comissão para a Execução do Programa de Integração Binacional*; em 1988, o *Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento* determinou que a integração completa deveria ser concluída dentro de dez anos (dois anos mais tarde, a *Ata de Buenos Aires* reduziu o prazo para 31 de dezembro de 1994); e, em 1991, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado por meio do *Tratado de Assunção*.

⁶ Os conceitos de Kacowicz serão melhor explicados no item 2 desse projeto.

⁷ Por paz negativa, entendemos a ausência de conflitos armados de grande escala entre Estados. A discussão mais aprofundada sobre esse conceito será feita no item 2 desse projeto.

⁸ Vale destacar que a paz negativa é um tipo de paz frágil e assenta-se em bases efêmeras e não no desejo de construir uma zona de paz. Por vezes, a paz negativa se dá devido à impossibilidade dos países de ingressarem em uma nova guerra naquele momento. No caso da Guerra do Paraguai, ainda durante o conflito, alguns acordos em prol de resoluções pacíficas começaram a ser debatidos e feitos. Exploraremos mais detalhadamente as razões que justificam a consolidação da paz negativa a partir desse período ao longo da pesquisa.

Após a criação do Mercosul, houve troca de visitas presidenciais às instalações nucleares, a assinatura de um acordo bilateral para uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, do *Acordo Quadripartite* (Brasil, Argentina, ABACC e AIEA) e de um acordo para a proibição completa de armas químicas e bacteriológicas; houve, também, a criação do *Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares* (ABACC), do mecanismo permanente de consulta e coordenação bilateral em matéria de defesa e segurança internacional. Em suma, a partir de 1979, iniciou-se a *construção da estabilidade estrutural* (CANDEAS, 2005, p. 2).

De acordo com Clodoaldo Bueno (1997, p. 17), “a integração e o equilíbrio do Cone Sul dependem do padrão das relações que se processam entre Argentina e Brasil”. Considerando os aspectos históricos dos dois grandes parceiros na América do Sul, temos como hipótese que há uma relação de paz duradoura entre ambos, aprofundada por tratados e parcerias formalizadas, que pode vir a ser uma comunidade pluralista de segurança⁹. A relevância desse estudo deve-se, então, não só à importância político, econômica e estratégica dessa relação bilateral para o Brasil, mas também à importância dessa relação para o equilíbrio regional, que é crucial para o desenvolvimento brasileiro (tanto para questões econômicas e sociais quanto para questões de segurança).

As questões que nos nortearão nesta pesquisa são: (i) como o Brasil e Argentina deixaram de ser uma zona conflituosa para se converterem em uma região pacífica?, (ii) esses países formam de fato uma região de paz duradoura ou é meramente uma zona de paz negativa?, (iii) qual a importância e as vantagens (político-econômica) de uma região pacífica e de uma boa relação com a Argentina para o Brasil?.

A fim de verificarmos nossa hipótese, este trabalho será dividido em três partes: na primeira, faremos um estudo sobre as teorias de paz a fim de compreendermos o que se entende por paz duradoura e comunidade pluralista de segurança; na segunda parte, descreveremos o processo histórico que levou Brasil e Argentina da posição de rivais a sócios; e, por último, faremos a análise da hipótese por meio do método *process-tracing*.

A partir da hipótese de que há uma relação de paz duradoura entre Brasil e Argentina, aprofundada por meio de tratados e da formalização de parcerias, que pode vir a ser uma comunidade pluralista de segurança, construímos o objetivo principal que

⁹ O conceito de comunidade de segurança será explorado de forma detalhada no item 2 por meio de uma discussão conceitual a partir das obras de Kacowicz, Deustch, Adler e Barnett, mas, sucintamente, esse termo faz alusão à uma região na qual um Estado não cogita o uso da força contra o outro, onde os Estados optam pela solução pacífica de controvérsias e onde há um certo nível de integração.

consiste em verificar há existência de uma paz duradoura entre ambos. A fim da consecução desse objetivo principal e tendo em mente a relevância desta pesquisa (a importância político, econômica e estratégica dessa relação bilateral para o Brasil e a importância dessa relação para o equilíbrio regional, que é crucial para o desenvolvimento brasileiro – tanto para questões econômicas e sociais quanto para questões de segurança), elaboramos três objetivos específicos:

- (i) analisar o conceito de paz duradoura;
- (ii) analisar o conceito de comunidade pluralista de segurança
- (iii) analisar o processo de consolidação de Brasil e Argentina como uma região pacífica por meio de um apanhado histórico das relações entre esses países entre 1856 e 1991.

2. OS CONCEITOS DE PAZ: PAZ NEGATIVA E PAZ DURADOURA

O conceito de paz parece amplo e vago por abarcar uma diversidade de ideias, contudo, ao longo da história, inúmeros estudiosos tentaram estruturar esse conceito por meio de recortes e teorizações. Os realistas viam a paz como algo inatingível, mas entendiam que poderia haver interstícios de ausência de conflitos entre Estados. Os liberais, por sua vez, acreditavam que a paz era possível por meio da cooperação e do direito internacional. Nesse capítulo, tem-se por objetivo:

- (i) explorar o conceito de paz, de zonas de paz e de comunidades de segurança;
- (ii) compreender o que é paz duradoura; e
- (iii) criar indicadores para a análise dos processos históricos a serem abordados nos capítulos subsequentes.

Para a consecução desses objetivos, faremos uma pesquisa exploratória¹⁰ por meio de revisão bibliográfica. As principais obras utilizadas para o estudo do conceito de paz e de paz duradoura serão *Guerra e Paz entre as Nações*, de Raymond Aron (2002), e *À Paz Perpétua*, de Immanuel Kant. A escolha desses dois autores deve-se ao fato de cada um deles dar uma abordagem mais realista e mais liberal, respectivamente, a respeito da paz. Para o estudo de zonas de paz e de comunidades de segurança, utilizaremos o pensamento de quatro autores: Kacowicz, Deustch, Adler e Barnnett. A partir dessa discussão conceitual, serão elaborados, então, os indicadores para a análise dos processos históricos.

¹⁰ Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a tomá-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (Selltiz et al., 1967, p. 63). Embora o planejamento da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica OU de estudo de caso. (GIL, 2002, p. 41)

2.1 Tipos de paz

2.1.1 O conceito de paz em Raymond Aron

Em *Guerra e Paz entre as Nações*, Raymond Aron centra sua análise na relação entre Estados. Segundo ele, “a paz nos tem aparecido como a suspensão, mais ou menos durável, das modalidades violentas da rivalidade entre os Estados” (ARON, 2002, p. 220). Ele divide essa suspensão do uso da força em três tipos de paz: a paz da potência, a paz da impotência e a paz da satisfação.

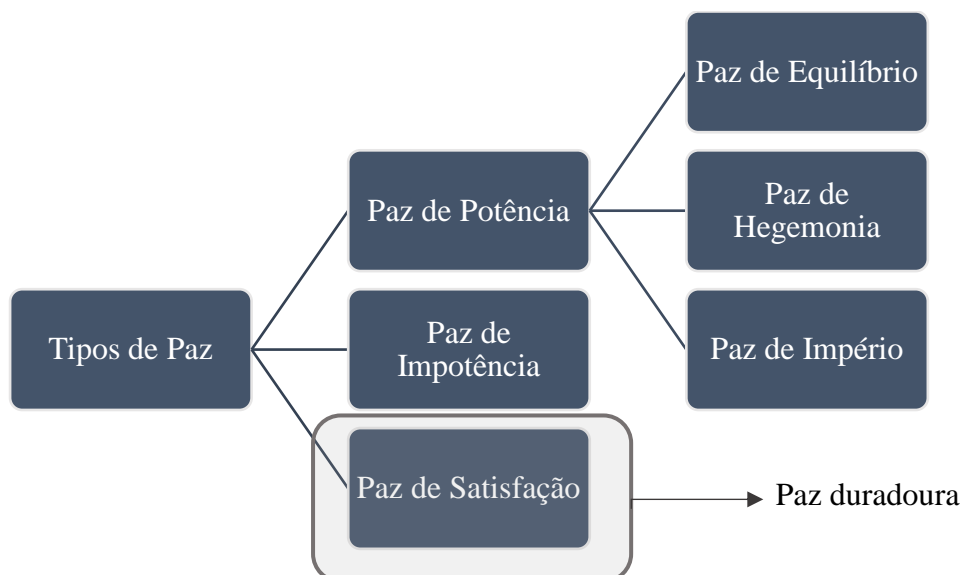
A paz da potência está ligada à “relação entre os diferentes graus da capacidade que têm as unidades políticas de agir umas sobre as outras” (ARON, 2002, p. 220). Esse tipo de paz pode ser subdividido em outros três tipos: paz de equilíbrio, paz de hegemonia e paz de império. A paz de equilíbrio, como o próprio nome indica, é a paz alcançada quando há um certo equilíbrio de forças entre as nações. A paz de hegemonia ocorre quando um Estado domina os demais Estados e forças políticas. Isso pode ser notado quando há a presença de um *hegemon* regional que impõe uma zona de paz. A paz de império, por sua vez, acontece quando um Estado domina de tal modo as demais forças políticas que elas desaparecem como tal – perdem sua capacidade decisória.

A paz da impotência, também conhecida como paz do terror, ocorre quando as “unidades políticas têm (ou teriam) a capacidade de desferir golpes mortais umas sobre as outras” (ARON, 2002, p. 229). Isso pode ser observado, por exemplo, entre duas nações portadoras de armamento nuclear: o poder de destruição mútua é alto, o surgimento de uma terceira potência que apoie um dos Estados é real e a população vive sob constante tensão.

A paz da satisfação é vista, por Raymond Aron, como a mais difícil de ser alcançada. Nesse tipo de paz, “todos os Estados estariam satisfeitos com a sua situação” (ARON, 2002, p. 231) e, conseqüentemente, não buscariam dominar outros territórios e populações. Essa paz, entretanto, só seria possível se todas as nações estivessem satisfeitas e não ambicionassem uma as outras; nas palavras do autor: “uma paz de satisfação supõe que haja confiança generalizada; exige, portanto, uma revolução nas relações internacionais que poria fim a era da suspeita, inaugurando a era da segurança” (ARON, 2002, p. 231). Aron explica que para a consecução desse tipo de paz seria necessário (i) o estabelecimento de um império universal e/ou (ii) o estabelecimento do reino da lei (o triunfo do direito internacional).

O fluxograma abaixo ilustra os tipos de paz encontrados na teoria de Raymond Aron bem como destaca o tipo de paz que pode ser considerado como paz duradoura – por estabelecer bases sólidas para paz ao invés de uma mera suspensão de conflitos.

FIGURA 1 – TIPOS DE PAZ PARA RAYMOND ARON



Fonte: organograma desenvolvido pela própria autora.

2.1.2 A paz no pensamento kantiano

O pensamento kantiano acerca da paz é estruturado em sua obra *À Paz Perpétua*. Nesse livro, ele defende que a paz está intimamente ligada ao direito e que ela é construída legalmente pelos homens. Para ele, no estado de natureza, todos são vistos como inimigos – até mesmo quando não há um combate, o outro é visto constantemente como uma ameaça iminente. Dessa forma, o estado jurídico seria o único capaz de assegurar a paz, pois nele o outro só se torna meu inimigo no momento em que me ataca.

A mera abstenção de hostilidades não representa nenhuma segurança para a paz pois não impede que pessoas ou povos se tratem reciprocamente como inimigos. Só se pode ter segurança num estado jurídico, na medida em que, neste, posso tratar como inimigo apenas aquele que me lesou de fato, enquanto que, no estado de natureza, o outro me “lesa” apenas por eu ser ameaçado pela ausência de leis

de seu estado (mesmo sem me lesar de fato). (KANT, 1795, p. 348-9 *apud* NOIR, 2003).

O estado de natureza deveria ser superado em todas as suas formas para a consecução da paz: nas relações entre os indivíduos por meio do *ius civitatis*, nas relações entre Estados por meio do *ius gentium* e nas relações entre o indivíduo e um outro Estado, do qual o indivíduo não faz parte, por meio do *ius cosmopolitanum* (KANT, 1795, p. 349 *apud* NOIR, 2003). Dessas três esferas, é no *ius civitatis* em que a paz se assenta.

A paz deve, portanto, ser assegurada por *estruturas jurídicas institucionais*, ou seja, o estado de paz deve ser *fundado* por meio do direito público (KANT, 1795, p. 349 *apud* NOIR, 2003), “o que significa sair do estado de natureza” e entrar num *estado civil* (*bürgerlichen Zustand*) (KANT, 1797, p. 312 *apud* NOIR, 2003).

Por meio dos *Artigos Preliminares para a Paz*, Kant postula uma série de pressupostos para sua consecução: os tratados de paz não devem ter reservas secretas (pois essa insegurança jurídica pode levar a um novo conflito); os Estados não devem se endividar para ingressar em um conflito; um Estado não deve, pela força, intervir na política interna de outro; nenhum Estado em guerra deve praticar certas hostilidades que minem a possibilidade de confiança e de paz no futuro; nenhum Estado deve ser adquirido, comprado ou trocado; não devem existir exércitos permanentes.

Segundo esse autor, a constituição de um Estado poderia ser pró ou contrária à paz. A constituição que favorece à paz é a republicana por respeitar a liberdade e a autonomia individual, em outras palavras, ela “não só é a única constituição em acordo coma liberdade como também é a única que favorece uma ordem internacional pacífica” (KERSTING, 1995, p. 351 *apud* NOIR, 2003).

Quando se exige o consentimento dos cidadãos para decidir ‘se deve haver guerra ou não’, não há nada mais natural do que, já que eles devem decidir suportar todas as aflições da guerra (como combater eles próprios, dar seus próprios bens para os custos da guerra, reparar penosamente a devastação que a guerra deixa atrás de si e, enfim, pleno de males, tomar para si mais um, um endividamento que torna a própria paz amarga e que — em razão da incessante proximidade de novas guerras—não será nunca saldado), eles refletem muito para iniciar um jogo tão

nefasto. Ao contrário, numa constituição que não é republicana, na qual o súdito não é cidadão, a guerra é a coisa mais impensada do mundo, porque o chefe não é sócio do Estado, mas seu proprietário. Na medida em que seus banquetes, caças, castelos de férias, festas da côrte etc. não sofrem pela guerra o menor prejuízo, pode decidir a guerra por razões insignificantes, como uma espécie de diversão, e pode, por conveniência, abandonar com indiferença sua justificação ao corpo diplomático sempre pronto para isso. (KANT, 1795, p. 351 *apud* NOIR, 2003)

Historicamente, as relações entre os Estados não estavam sob o *guarda-chuva legal*. Dessa forma, é como se esses Estados estivessem em um estado de natureza a-jurídico. Da mesma maneira que a paz entre os homens só pode ser encontrada no estado jurídico, a paz entre os Estados também: por isso, a existência do *ius gentium*. Contudo, não pode haver um Estado maior que comande todos os outros: é necessário que haja uma federação (tal qual a constituição republicana respeita os indivíduos como iguais e não os submete a nenhuma lei não feita por eles, assim seria a federação: uma aliança entres Estados iguais que construiriam uma legislação conjuntamente para o ordenamento mundial a fim de garantir a paz).

Por último, o *ius cosmopolitanum* versa, sobretudo, sobre o direito à hospitalidade e sobre o direito de visita. O direito à hospitalidade consiste em não considerar o cidadão como um ser pertencente a um Estado, mas sim como um cidadão do mundo; e o direito de visita garante a esse cidadão o direito de visitar qualquer território do planeta.

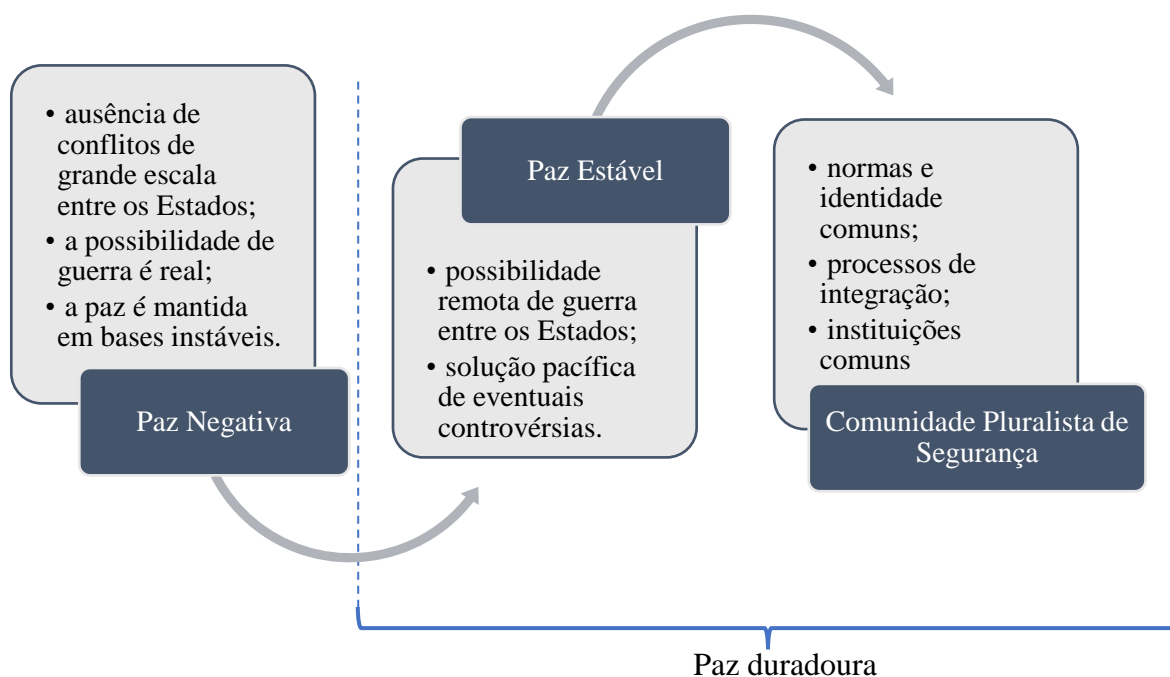
2.1.3 Tipos de (zona de) paz para Kacowicz

Em *Zone of Peace in the Third World*, Arie Kacowicz (1998) faz um estudo a respeito da formação de diferentes tipos de zona de paz no terceiro mundo a fim de fazer uma análise sobre as condições que favorecem sua formação. Ele define, então, três estágios das zonas de paz: a zona de paz negativa, a zona de paz estável e a comunidade pluralista de segurança. A paz negativa caracteriza-se pela ausência de conflitos armados de grande escala entre Estados. Nela, a possibilidade de ocorrência de uma guerra é real, pois os fundamentos da paz são frágeis. Essa paz é mantida “por meio de ameaças, dissuasão, falta de vontade e/ou de capacidade para ingressar em um conflito violento” (KACOWICZ, 1998, p. 9).

Na paz estável, a possibilidade de uma guerra é remota. Nela, os Estados possuem um certo nível de interdependência, sobretudo econômica, e estão minimamente satisfeitos com o *status quo* territorial (ou, pelo menos, estão dispostos a solucionar as controvérsias lindeiras por meios pacíficos). A democratização dos Estados também é um fator importante para atingir e manter a paz estável, contudo não é um fator necessário uma vez que é possível encontrar zonas de paz estável entre países não-democráticos. A diferença entre a comunidade pluralista de segurança e a zona de paz estável, na visão de Kacowicz, é que na comunidade a paz foi institucionalizada: nela, “os Estados compartilham normas, valores, instituições políticas, mantêm uma identidade comum e são profundamente interdependentes” (KACOWICZ, 1998, p. 10).

Na Figura 2, mostraremos as principais características de cada tipo de zona de paz bem como sua sequência.

FIGURA 2 – TIPOS DE ZONA DE PAZ PARA KACOWICZ



Fonte: organograma desenvolvido pela própria autora.

2.2 Conceitos de paz comparados

Antes de ingressarmos na discussão sobre complexos de segurança, relacionarei os conceitos até aqui apresentados entre si.

Podemos dizer, que há uma certa similaridade entre o conceito de paz negativa de Kacowicz e os conceitos de paz da potência e da impotência de Raymond Aron: todos eles pressupõem uma mera ausência de conflito independentemente do fator que a motive; sendo assim, não se trata de modelos de paz duradoura. A principal diferença entre os conceitos desses dois autores é que Kacowicz não cria uma tipificação dos diferentes tipos de paz negativa enquanto Aron enumera quatro tipos (paz de hegemonia, de império, de equilíbrio e de impotência). Além disso, Kacowicz já aponta para a ideia de satisfação, ainda que parcial, com o *status quo* [territorial, nesse caso] na paz negativa; enquanto Aron só vai mencionar qualquer tipo de satisfação na paz da satisfação.

Os tipos de paz da potência de Aron aparecem na obra de Kacowicz como possíveis fatores para a paz negativa e, também, para a paz estável; por exemplo: a paz de equilíbrio de Aron remete-nos a ideia de Kacowicz sobre o equilíbrio da balança de poder como sendo um dos motivadores da paz; a paz de hegemonia de Aron remete-nos a ideia de Kacowicz acerca da presença de um *hegemon* regional como impulsionador da paz.

O conceito de satisfação permeia todo o pensamento de Kacowicz para compreender a formação de zonas de paz. Geralmente, esse autor concentra-se na satisfação com o *status quo* territorial. Raymond Aron, por sua vez, não limita a satisfação a um só tipo e, talvez, seja esse o motivo pelo qual ele apresenta certo tom de descrença ao dissertar sobre o tema.

A paz da satisfação de Aron, contudo, aproxima-se do pensamento kantiano. Aron alega que essa paz ocorreria se as nações estivessem plenamente satisfeitas e não ambicionassem umas às outras. No pensamento kantiano, isso fica claro por meio do direito das gentes e da constituição republicana: uma vez que todos os Estados portassem esse tipo de constituição pacífica, seria possível formarem uma espécie de federação na qual haveria respeito mútuo e um conjunto de normas que permitissem a confiabilidade. Além disso, por esse tipo de constituição respeitar a dignidade intrínseca ao ser humano, um Estado não se apropriaria de outro.

Acerca desse último ponto, podemos retomar Kacowicz, mas dessa vez em seu conceito de paz estável. Nesse tipo de paz, os Estados estão satisfeitos com o *status quo*

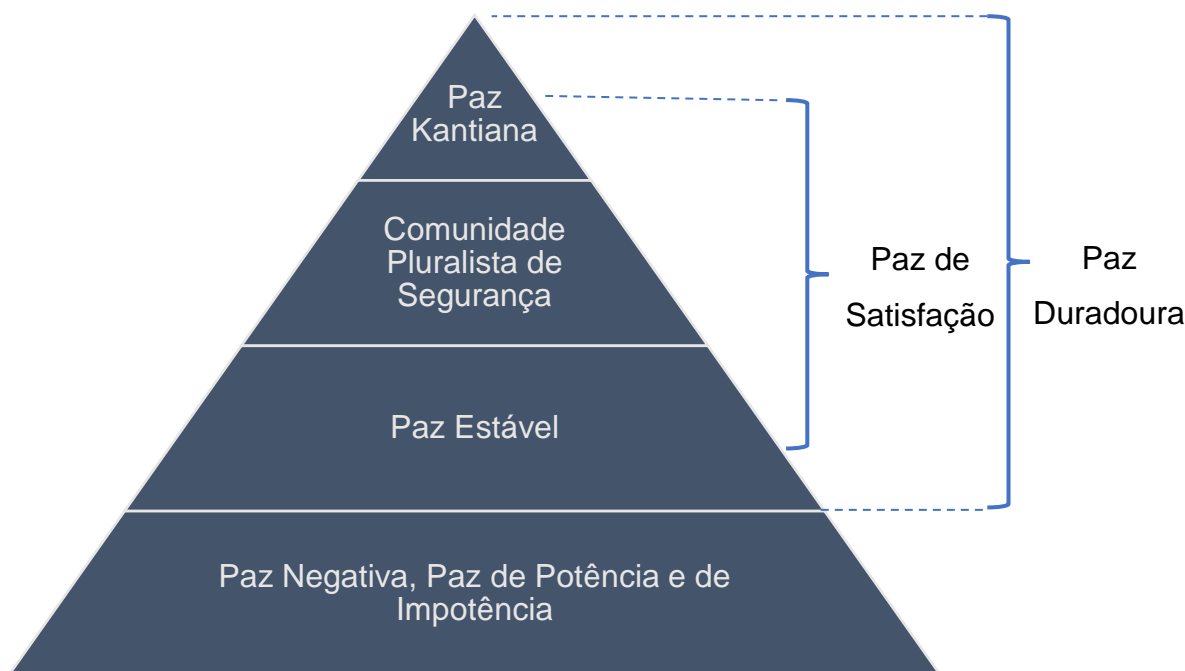
territorial ou, pelo menos, estão dispostos a solucionar qualquer insatisfação por meios pacíficos. O autor afirma que, nesse momento, a possibilidade de guerra de conquista é impensável – fato necessário para a paz kantiana.

A comunidade pluralista de segurança tem um certo nível de proximidade com a paz kantiana no que tange o *ius gentium*. Kacowicz destaca que uma das características da comunidade é a integração e a existência de instituições políticas e normas comuns; ao passo que Kant, ao delinear a paz perpétua, destaca a necessidade de uma federação de Estados, que compartilhassem algumas normas.

A partir das leituras feitas, Kant não poderia ser enquadrado na paz negativa. Muito pelo contrário: para ele, a mera ausência de conflito não necessariamente significa paz, uma vez que o clima de ameaças e a percepção do outro como inimigo persistem.

Tendo definido e relacionado os conceitos de paz, consideraremos como paz duradoura o cenário no qual a probabilidade de guerra é extremamente remota e há uma disposição para a solução pacífica de controvérsias. Abaixo, há uma figura a fim de sintetizar essa ideia.

FIGURA 3 – CONCEITOS DE PAZ COMPARADOS



Fonte: figura desenvolvida pela própria autora.

2.3 Comunidades Pluralistas de Segurança

Tendo definido paz duradoura, buscarei agora discutir o conceito de complexos e comunidades de segurança. Primeiramente, temos de ter em mente que elas só são possíveis em um cenário de paz duradoura e sua presença é um fator de consolidação e aprofundamento dessa paz.

O que singulariza uma comunidade de segurança são as expectativas confiáveis de mudança pacífica (*dependable expectations of peaceful change*), ou seja, a inexistência da expectativa ou de preparação para a violência organizada como meio de solução de disputas interestatais, certeza de que o curso das relações políticas entre unidades políticas será pacífico. (ADLER e BARNETT 1998 *apud* MAGALHÃES, 2012, p. 84)

Para Deutsch (1969), as comunidades de segurança surgem em espaços nos quais os Estados não cogitam fazer uso da força para solucionar possíveis controvérsias. O pensamento de Deutsch (e também o de Kacowicz) sobre as comunidades de segurança dão destaque à integração como um fator relevante para a garantia da paz duradoura. Ao iniciar um processo de integração, os Estados passam a formar uma comunidade política que pode vir a ser ou não uma comunidade de segurança (o nível máximo de uma comunidade política e de uma zona de paz). O processo de integração diz respeito à criação de instituições, práticas, normas e uma cultura comum.

Deutsch distingue as comunidades de segurança em dois tipos: amalgamadas e pluralistas. As comunidades amalgamadas de segurança são aquelas que possuem o nível de integração mais profundo. Elas têm um governo comum que possui poder decisório sobre o grupo. Já as comunidades pluralistas de segurança preservam a soberania de cada membro do bloco: os Estados-membros seguem soberanos com seus sistemas decisórios, contudo possuem instituições comuns.

Além dessa divisão, Barnett (1998) apresenta-nos outra; essa, a respeito do nível de integração que uma comunidade pluralista pode apresentar. Para ele, a comunidade de segurança pode ser parcialmente ou estreitamente integrada. A comunidade parcialmente integrada aproxima-se da comunidade pluralista. Barnett (1998, p. 30) afirma que “devido a sua estrutura compartilhada de significados e identidades, membros de uma comunidade de segurança parcialmente integrada não esperam atividades belicosas de outros membros

e, assim, praticam autocontenção consistentemente”. A comunidade estreitamente integrada, por sua vez, possui uma série de estruturas supranacionais formando um governo regional, contudo ainda preserva a soberania dos membros (a União Europeia assemelha-se a esse modelo).

Alguns elementos são importantes para o desenvolvimento de uma comunidade pluralista. Diferentemente de Kacowicz, que destacava o conjunto de normas e de instituições compartilhadas para o surgimento de uma comunidade, Deutsch dá ênfase ao multilateralismo tendo em vista que, em seus estudos, ele observou que tanto Suíça quanto os Estados Unidos passaram pelo processo de amalgamação sem a presença de instituições que unissem suas unidades políticas. Por isso, para Deutsch, o multilateralismo e, conseqüentemente, a disposição para a resolução pacífica de controvérsias são essenciais para o nascimento de uma comunidade.

Aqui podemos fazer um encontro com a parte anterior do trabalho, afirmando que a condição necessária para a comunidade pluralista é a paz duradoura. A comunidade só surge em um contexto no qual a possibilidade de guerra é remota, no qual um Estado não está armando-se contra outro membro de sua comunidade. Alguns indícios disso podem ser: uma mudança nos gastos militares, a diminuição das tropas na fronteira¹¹, alguma forma de cooperação em matéria de defesa ou em questões sensíveis, exercícios militares conjuntos e/ou definição de uma ameaça comum.

QUADRO 1 – CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES PLURALISTAS DE SEGURANÇA

Comunidade parcialmente integrada	Comunidade estreitamente integrada
<ul style="list-style-type: none"> - multilateralismo; - fronteiras não fortificadas; - mudanças no planejamento militar; - uma definição comum de ameaça; - um discurso e uma linguagem comunitários. 	<ul style="list-style-type: none"> - segurança cooperativa e coletiva; - alto nível de integração militar; - coordenação política contra ameaças “internas”; - livre movimento de população - internacionalização da autoridade.

Fonte: MAGALHÃES, 2012, p. 86 (adaptado).

¹¹ Vale ressaltar que isso não significa uma ausência de fiscalização fronteiriça.

Deustch, em sua obra, não apresentou os estágios do desenvolvimento de uma comunidade, sendo assim recorreremos mais uma vez aos estudos de Adler e Barnett. Esses dois autores afirmam que a comunidade passa por três estágios ao longo de seu desenvolvimento: fase nascente, fase ascendente e fase madura. Na primeira fase, os Estados “não buscam explicitamente criar uma comunidade de segurança, mas começam a considerar como eles poderiam coordenar suas relações com vistas a aumentar sua segurança mútua e a baixar os custos de transação associados” (Adler e Barnett 1998, 50). Na segunda, os Estados começam a aderir à ideia de que a integração é um meio para a consecução dos objetivos de segurança e desenvolvimento. E na fase madura, os Estados já apresentam uma identidade comum.

Antes de ingressarmos no último subitem dessa unidade, vamos fazer uma diferenciação entre as comunidades e os complexos regionais de segurança. Segundo Buzan e Waeber (2003, p. 44), um complexo regional de segurança é um “conjunto de unidades cujos maiores processos de securitização e dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separadamente uns dos outros”. Nesse sentido, Magalhães (2012, p. 95) afirma que a diferença entre o complexo e a comunidade de segurança consiste no fato de que o primeiro enfatiza os espaços e fluxos de acordo com as dinâmicas de segurança enquanto o segundo enfatiza os valores e sentimentos compartilhados por aquela região.

Os complexos regionais de segurança (CRSs) existem por definição. Cada CRS caracteriza uma região que deriva de suas dinâmicas de segurança, de modo que o conjunto dos CRSs inclui todo o mundo (Buzan e Waeber 2003). Já as comunidades de segurança surgem apenas onde há condições para isso, poucos Estados participam dessas comunidades, e a formação de comunidades políticas não depende da existência de uma região natural ou do compartilhamento de fronteiras entre Estados. A perspectiva de CRS é mais ampla e geral. Em um mesmo CRS, pode haver mais de uma comunidade de segurança. A teoria de CRS focaliza tanto processos de securitização quanto de dessecuritização, enquanto a teoria de comunidades de segurança estuda as condições de dessecuritização no âmbito da comunidade (Buzan e Waeber 2003). (MAGALHÃES, 2012, p. 95)

2.4 Construção de indicadores

A partir da análise dos conceitos de paz e de comunidade de segurança, agrupamos os indicadores desenvolvidos por Kacowicz (1998, p. 60) em indicadores para a paz negativa e indicadores para a paz duradoura (que estão subdivididos em paz estável e comunidade de segurança). Esses indicadores podem ser uma condição ou uma condição necessária. Por condição favorável, entendemos qualquer variável que corrobore para o processo de paz, mas que não seja necessariamente imprescindível para sua existência; por exemplo: a democracia gera um ambiente favorável para o surgimento de uma zona de paz negativa, contudo é possível que haja paz entre Estados não-democráticos. (sua ausência impede a existência daquele tipo de paz). Já por condição necessária, entendemos qualquer variável que seja necessária para a existência de determinado tipo de paz; por exemplo, um certo nível de integração é condição necessária para uma comunidade de segurança. Na tabela abaixo, veremos a lista desses indicadores.

QUADRO 2 – VARIÁVEIS PARA A ANÁLISE DA PAZ

PAZ NEGATIVA	Condições favoráveis (a) países democráticos; (b) interdependência econômica; (c) consenso normativo; (d) <i>hegemon</i> regional; (e) balança de poder; (f) ameaça comum; (g) impotência; (h) dissuasão; (i) desenvolvimento econômico; (j) satisfação com o status quo territorial.	
	Condições necessárias Nenhuma	
PAZ DURADOURA	Paz Estável	Condições favoráveis (a) países democráticos; (b) interdependência econômica; (c) consenso normativo; (d) <i>hegemon</i> regional; (e) balança de poder; (f) ameaça comum; (g) impotência; (h) dissuasão; (i) desenvolvimento econômico.
		Condições necessárias (a) consenso normativo; (b) satisfação com o status quo territorial.

	Comunidade de Segurança	<p>Condições favoráveis</p> <p>(a) países democráticos; (b) interdependência econômica; (c) consenso normativo; (d) <i>hegemon</i> regional; (e) balança de poder; (f) ameaça comum; (g) impotência; (h) dissuasão; (i) desenvolvimento econômico.</p>
		<p>Condições necessárias</p> <p>(a) consenso normativo; (b) satisfação com o status quo territorial; (c) integração regional.</p>

Fonte: adaptação KACOWICZ, 1998, p. 60.

3. O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Neste capítulo, falaremos acerca do processo histórico de consolidação da paz entre Brasil e Argentina. O período analisado será de 1856 a 1988. Essas datas foram escolhidas por representarem marcos para essa relação: o primeiro, é o ano do primeiro tratado de amizade, comércio e navegação envolvendo as duas nações e, o segundo, é o ano da assinatura do *Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento*.

3.2 A Paz Negativa entre Brasil e Argentina

O último grande conflito armado que pôs em lados opostos Brasil e Argentina foi a Guerra contra Oribe e Rosas (também conhecida como Guerra do Prata) em meados do século XIX. Desde então, os conflitos armados entre ambos cessaram, contudo, essa ausência de guerra não esteve respaldada por nenhum marco legal ou processo de integração o que faz com que esse interstício seja visto como de paz negativa. Neste item, veremos o período de paz negativa na relação Brasil e Argentina que se estendeu de meados do século de XIX até 1933 (ano da assinatura do *Pacto Saavedra-Llana*).

Compartilhando um passado comum de colonização ibérica, durante o período colonial e após as independências, os países do Cone Sul protagonizaram inúmeras intervenções e conflitos na região. A disputa pela posse de Colônia de Sacramento é um dos exemplos dessa instabilidade: em cerca de um século, essa região foi alvo de seis tratados diferentes – todos eles malsucedidos. Em 1681, o *Tratado Provisório de Lisboa* estabeleceu a devolução de Colônia do Sacramento a Portugal após a invasão espanhola de 1680; em 1715, o *Tratado de Utrecht II* estabeleceu a devolução de Colônia a Portugal após a invasão espanhola de 1704; em 1750, Portugal cedeu em troca do território dos Sete Povos das Missões por meio do *Tratado de Madri*; em 1761, o *Tratado de El Pardo* anulou o *Tratado de Madri*; em 1763, o *Tratado de Paris* estabeleceu a devolução de Colônia a Portugal após a invasão espanhola de 1762; e por fim, em 1777, o *Tratado de San Idelfonso* concedeu Colônia e os Sete Povos das Missões à Espanha.

Após a independência brasileira, havia a ideia de que o Império havia herdado o expansionismo português: a disputa por aquele rincão persistiu e, entre 1825 e 1828, a Guerra da Cisplatina, conhecida na historiografia argentina como Guerra contra o Império

Brasileiro, aconteceu. Como resultado, houve o surgimento de um novo Estado: o Uruguai. Anos depois, na década de 1850, Rosas, sentindo-se fortalecido após ter vencido o bloqueio naval inglês, aliou-se aos *blancos*¹² uruguaios dando origem a um novo conflito: a Guerra contra Oribe e Rosas (ou Guerra do Prata¹³).

Após o fim desse conflito, iniciou-se um período mais pacífico entre esses dois países. Em 1856, Brasil e Argentina firmam o primeiro *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* e, cerca de dez anos mais tarde, firmariam, juntamente com o Uruguai, a Tríplice Aliança.

A Guerra do Paraguai foi o grande conflito armado do século XIX na Bacia do Prata. Ela envolveu interesses geopolíticos juntamente com o anseio de um expansionismo territorial durante em um momento no qual os Estados da região ainda se formavam como Estados-nacionais. O conflito opôs Paraguai a Brasil, Argentina e Uruguai. Por conta de problemas internos, Mitre teve de deslocar as tropas argentinas para o interior abrindo espaço para o predomínio brasileiro. Após o fim da guerra, as tropas do Brasil permaneceram em solo paraguaio a fim de garantir a integridade territorial e o funcionamento do governo provisório¹⁴.

A partir de então, começamos a ver uma mudança nos rumos da política externa na região. Nos anos que sucederam a guerra, percebem-se esforços em prol da manutenção do *status quo* territorial ou, ao menos, em prol da resolução das controvérsias [territoriais] de forma pacífica. Ainda durante o conflito, Brasil e Argentina concordaram que o território paraguaio deveria ser mantido intacto após a guerra; e Brasil e Bolívia firmaram o *Tratado de Ayacucho* (1867) pondo fim às fronteiras que estavam sendo contestadas. Além disso, o Brasil acordou com o Paraguai suas fronteiras em 1872 e firmou com a Argentina o compromisso de solucionar de forma pacífica, por meio de uma arbitragem, a Questão de Palmas.

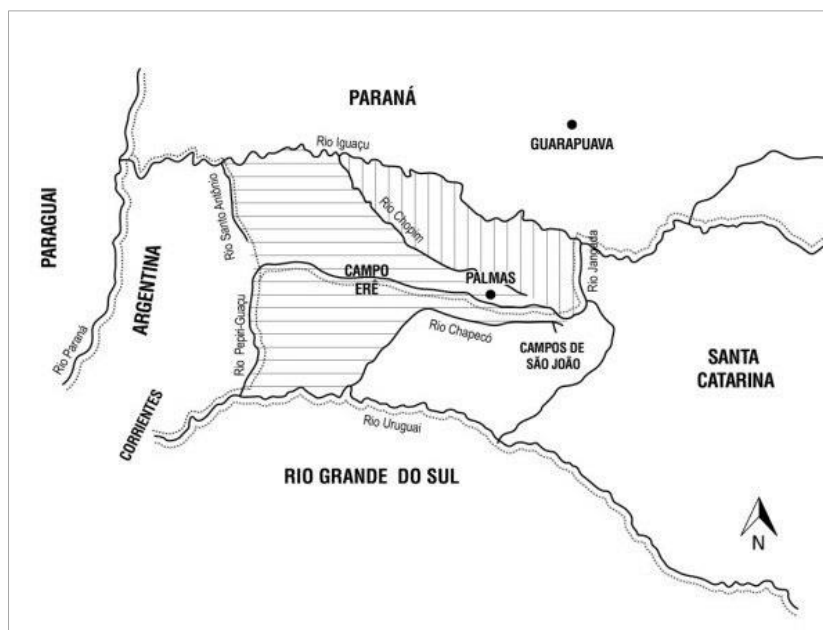
Ao assumir a presidência argentina, Roca, sob o lema “*Paz e Administração*”, propôs-se a pôr fim à questão lindeira com o Brasil. O território em disputa corresponde a região ocidental dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina, como podemos ver no mapa abaixo.

¹² Os *blancos* eram uma das facções políticas uruguaias; eles eram comandados por Manuel Oribe.

¹³ A Guerra do Prata envolveu Brasil, Argentina e Uruguai. O Brasil venceu Rosas na Batalha de Caseros em 1852.

¹⁴ Aos olhos da historiografia argentina, esse episódio configura-se como uma perda para o país.

FIGURA 4 – TERRITÓRIO DISPUTADO NA QUESTÃO DE PALMAS



Fonte: Adaptado de BARROS, 1980, p. 59.

Em 1889, poucas semanas antes da proclamação da república, Brasil e Argentina decidiram levar a questão à arbitragem do presidente norte-americano. Contudo, com o fim do Império, o chanceler republicano, Quintino Bocaiúva, em um clima de rechaço a tudo que advinha do governo anterior, rejeitou a ideia e decidiu fazer um acordo bilateral. Ele assinou, então, o *Tratado de Montevideú* (1890), que dividia o território disputado ao meio. O tratado não foi ratificado pelo congresso brasileiro. Rio Branco, então, assumiu a questão e voltou à proposta de arbitragem. Em 1895, o Brasil ganhou a causa e, em 1898, o *Tratado de Limites* foi assinado. De acordo com Candeas (2017, p. 176), com a assinatura do tratado, “a rivalidade, ainda que verdadeira, deixaria de ser territorial e passaria aos planos de competição militar, geopolítica e simbólica (prestígio diplomático), que jamais produziriam hostilidades efetivas.” A causa estrutural de instabilidade e conflito entre ambos estava finalmente resolvida. Não havia mais uma questão fixa, continua; a partir de então, as instabilidades passaram a ser conjunturais – variando de momento em momento devido às circunstâncias de seu tempo.

O início do século XX, apesar de ter sido palco da primeira troca de visitas presidenciais (Julio Roca – Campos Sales), foi também palco de novos impasses. Logo na primeira década, foi aprovado um projeto sobre a reorganização da esquadra brasileira. A Argentina mostrou-se descontente e a tensão chegou a tal ponto que a Argentina chegou a planejar fazer um exercício militar ao longo da costa brasileira, mas desistiu do ato.

Outro desencontro foi o caso do Telegrama nº9. (HEINSFELD, 2008) Um telegrama enviado por Rio Branco a Santiago foi interceptado e falsificado. Zeballos acusou o Brasil de estar conspirando e Rio Branco divulgou o telegrama oficial provando que se tratava de uma farsa do chanceler argentino. Após o afastamento de Zeballos, houve uma tentativa de aproximação: o Pacto ABC. Proposto por Rio Branco, esse pacto objetivava estimular uma

estreita concertação pela fluidez da informação entre as diplomacias dos três países; recusa de procedimentos que sensibilizassem as partes em torno de litígios com outros países do continente (Bolívia e Peru); aproximação de posições em foros multilaterais (Conferências Pan-Americanas); e união solidária de forças perante pressões de potências mundiais (dollar diplomacy). (CANDEAS, 2017, p. 185)

A proposta foi recusada pela Argentina por temer que o projeto fosse visto como uma afronta aos EUA¹⁵. Nos anos seguintes, houve uma reformulação da proposta e, em 1915, o *Tratado de Cordial Inteligência Política e Arbitragem* (Pacto do ABC) foi assinado. Ele era diferente do que Rio Branco propôs: bem menos profundo, previa somente que as controvérsias deveriam ser submetidas a uma comissão a fim de evitar conflitos armados. Apesar de ter sido assinado, novamente a Argentina não ratificou por questões internas. A partir daí, a Argentina viveu um momento de afastamento do Brasil.

3.3 A Paz Duradoura entre Brasil e Argentina

Após assumir a presidência, Agustín Pedro Justo (1932-1938) pôs fim ao distanciamento e retomou o processo de aproximação com o Brasil. Já no início da década de 1930, foi feita uma troca de visitas presidenciais. Em 1933, Justo foi ao Brasil e firmou acordos bilaterais¹⁶ e o *Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação* (também conhecido como Pacto Saavedra-Llamas). Esse foi o primeiro dispositivo legal de

¹⁵ Essa postura perdurará por muitos anos na América Latina enfraquecendo acordos e blocos pelo receio de ser visto como um polo antiamericanista.

¹⁶ Acordos sobre comércio e navegação, prevenção e repressão do contrabando, extradição, navegação aérea, exposições de mostras e vendas de produtos nacionais, turismo, intercâmbio intelectual e artístico, revisão de textos de história e geografia, troca de publicações e o Pacto Antibélico. (in FUNAG, 2000b, p. 406-410).

formalização da não-agressão no âmbito regional marcando assim o início de uma zona de paz estável: a partir de então, havia um marco normativo em prol da paz. Anos mais tarde, o *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* corroborou o princípio de não-agressão estendendo-o para todo o continente. Em 1935, foi a vez de Getúlio Vargas (1930-1945) retribuir a visita. Em sua ida à Argentina, ele assinou mais alguns acordos¹⁷, dentre eles um acerca da construção de uma ponte ligando Uruguaiana e Paso de los Libres (o que viria a ser a primeira ligação direta entre Brasil e Argentina).

A partir do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o tom da relação mudou. Nas palavras de Amado Cervo (2015), iniciou-se um período de “diplomacia da obstrução”: as propostas de Peron foram rejeitadas e acordos não foram ratificados. Durante o governo Vargas, os desencontros continuaram, apesar da pré-disposição do presidente para uma aproximação. As pressões internas, que recebiam uma “república sindicalista” como a de Peron, foi um fator importante para essa deterioração. As boas relações foram retomadas somente a partir do governo JK que, com seu desenvolvimentismo e diversificação de parcerias, voltou a se aproximar da América Latina. O ápice dessa boa relação foi a Cúpula de Uruguaiana, realizada por Jânio Quadros e Frondizi, na qual, além do *Convênio de Amizade e Consulta*¹⁸, foi firmada também a *Declaração de Uruguaiana*, que previa a:

- (a) orientação da política externa em função de sua condição sul-americana, da “essência ocidental e cristã” e das responsabilidades continentais;
- (b) adesão aos princípios de democracia, liberdade e desenvolvimento;
- (c) rejeição da interferência de potências alheias à América Latina, reafirmando os princípios de autodeterminação e soberania;
- (d) ação coordenada e conjunta em defesa da estabilidade política e social do sistema interamericano, apoiando a Carta de Bogotá e a Aliança para o Progresso;
- (e) valorização dos produtos básicos no mercado mundial e o combate a práticas protecionistas. (CANDEAS, 2017, p. 212-213)

¹⁷ Foram firmados um tratado de comércio e navegação, dois protocolos (sobre extradição e construção da ponte entre Uruguaiana e Paso de los Libres), três convênios (lutas civis, intercâmbio de professores e estudantes e visitas de técnicos fitossanitários) e outros acordos bilaterais. FRAGA, 2000b, p. 413-419.

¹⁸ O Senado argentino não ratificou esse convênio.

O espírito de Uruguaiana, todavia, foi efêmero: Frondizi sofreu um golpe de Estado e Jânio renunciou. Com a ascensão dos governos militares, a lógica de suspeita mútua voltou a agenda e perdurou até o final da década de 1970.

O uso da Bacia Platina foi a grande fonte de instabilidade entre Brasil e Argentina na segunda metade do século XX. A Argentina tinha um projeto de hidrelétrica que seria inviabilizado caso o Brasil construísse Itaipu nos moldes planejados. Em 1966, Brasil e Paraguai firmam a *Ata das Cataratas* a fim de regulamentar o uso do Rio Paraná. A Argentina, descontente, afirmou que o tema deveria ter sido submetido à consulta prévia uma vez que ela seria afetada por tal decisão. Após muitos debates, em 1969, foi firmado o *Tratado da Bacia do Prata*, que visava promover uma exploração conjunta e harmônica dos recursos hídricos da bacia. No campo internacional, no começo da década de 1970, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a *Resolução nº 2995* estabelecendo que o uso de recursos naturais por um Estado não deveria causar “prejuízos sensíveis” aos demais. Contudo, na contramão do multilateralismo, os Estados platinos seguiram firmando acordos bilaterais: em 1973, Brasil e Paraguai firmam o *Tratado de Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná* e o *Estatuto da Itaipu Binacional* e, mais tarde, Argentina e Paraguai firmaram o *Tratado de Yacyretá*, que versava sobre o projeto de Corpus e Salto Grande. O impasse arrastou-se até o final dos anos 70, quando uma Comissão foi criada a fim de conciliar os dois projetos: Itaipu e Corpus. Um dos principais fatores que levou à solução da questão foi o agravamento do impasse entre Chile e Argentina acerca do Canal de Beagle em 1978: diante da iminência de um conflito armado, a Argentina precisava “*resguardar sus espaldas*” e, então, decidiu pôr fim à questão hídrica-energética com o Brasil. Em 1979, Argentina, Brasil e Paraguai assinaram o *Acordo Tripartite*.

A partir de então, Brasil e Argentina iniciam um período de cooperação nunca visto antes: acordos sobre matérias sensíveis como a questão nuclear, uma sequência de encontros presidenciais¹⁹ em apenas três anos e acordos apontando para uma integração são apenas alguns exemplos. Em suma, o *Acordo Tripartite* configura-se como um ponto de inflexão para a relação Brasil-Argentina. O diplomata Alessandro Candéas denomina esse período iniciado em 1979 como de *construção da estabilidade estrutural por meio da cooperação* e, em seguida, *por meio da integração*, devido à intensa cooperação bilateral e ao processo de integração iniciados a partir desse período respectivamente.

¹⁹ Figueiredo visita Buenos Aires e Videla visita Brasília em 1980; em 1981, Figueiredo e Viola se encontram em Paso de los Libres; em 1983, Figueiredo se encontra com Bignone.

A aproximação também pode ser percebida no campo multilateral por exemplo, por conta da postura similar na Rodada Uruguai, quanto ao desenvolvimento de energia nuclear e quanto à formação da ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul).

O primeiro sinal concreto do processo de integração aconteceu em 1985 por meio da *Declaração de Iguazu*, que previa a promoção de um processo de integração gradual. No ano seguinte, os presidentes Alfonsín e Sarney firmaram a *Ata para a Integração Brasileiro-Argentina* e criam o Programa de Integração e Cooperação Econômica. Dois anos depois, o *Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento* foi assinado estabelecendo um prazo para a consecução do projeto de integração (esse prazo foi reduzido em 1990 pela *Ata de Buenos Aires*). Ao longo das negociações, Paraguai e Uruguai ingressaram no projeto firmando o *Tratado de Assunção* que cria o Mercosul²⁰, que foi institucionalizado em 1994 por meio do *Protocolo de Ouro Preto*.

Na esteira da integração, Brasil colocou de maneira explícita em sua *Política Nacional de Defesa* (1996) a promoção de uma maior integração e aproximação com os países vizinhos e transferiu para a Amazônia várias bases do Exército que ficavam na fronteira com a Argentina. Além disso, em 1997, a relação Brasil e Argentina passou a ser vista como uma *aliança estratégica* por ser um “elemento central e permanente de nossos respectivos projetos nacionais e o melhor instrumento para o desenvolvimento de nossos povos” (CANDEAS, 2017, p. 252).

QUADRO 3 – CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1821 – O governo português, instalado no Rio de Janeiro, é o primeiro a reconhecer a independência argentina
1823 – Argentina é o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil e a estabelecer relações diplomáticas com o império. O enviado argentino Valentín Gómez apresenta ao chanceler brasileiro carta credencial assinada por Bernardino Rivadavia, com o reconhecimento da independência do Brasil (5 de agosto), e é recebido por dom Pedro I (11 de agosto)
1825 – O Congresso de Buenos Aires proclama a reintegração da Banda Oriental ao território argentino. A Argentina rompe relações com o Brasil, que declara guerra. Início da Guerra da Cisplatina

²⁰ O Mercosul é formalizado no âmbito da ALADI por meio do ACE-18 (acordo de complementação econômica).

- 1828 – Assinada, no Rio de Janeiro, Convenção de Paz que põe fim à Guerra da Cisplatina e formaliza a independência do Uruguai
- 1833 – O Brasil reconhece o direito argentino sobre as ilhas Malvinas, ocupadas pelo Reino Unido
- 1850 – Rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o governo de Juan Manuel de Rosas, na Argentina
- 1851 – Firmado, em Montevideú, Convênio para uma aliança ofensiva e defensiva contra Rosas entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes. Rosas declara guerra ao Império brasileiro
- 1852 – Juan Manuel de Rosas é derrotado pela coalizão entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes
- 1856 – Celebrado o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* entre o Brasil e a Argentina, que garante a livre navegação do rio da Prata
- 1864 – Início da Guerra do Paraguai
- 1865 – Brasil, Argentina e Uruguai assinam o *Tratado da Tríplice Aliança*
- 1870 – Fim da Guerra do Paraguai
- 1889 – Brasil e Argentina firmam *Tratado de Arbitramento* para a pronta solução da questão de limites pendente na região de Palmas
- 1889 – A Argentina reconhece o regime republicano no Brasil (19 de novembro)
- 1895 – Arbitragem sobre a questão de Palmas. O laudo do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, dá ganho de causa ao Brasil
- 1898 – Firmado tratado de limites entre Brasil e Argentina, baseado no laudo arbitral de 1895
- 1899 – O presidente da Argentina, Julio Roca, visita o Brasil. É a primeira visita oficial de um chefe de Estado estrangeiro ao país
- 1900 – O presidente do Brasil, Campos Sales, visita a Argentina. É a primeira visita, em caráter oficial, de um chefe de Estado brasileiro ao exterior
- 1910 – O presidente eleito da Argentina, Roque Sáenz Peña, realiza visita ao Brasil, a convite do Barão do Rio Branco
- 1915 – O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Lauro Müller, visita a Argentina e assina o "Pacto do ABC", do qual também participa o Chile
- 1922 – Elevada à categoria de Embaixada a Legação do Brasil em Buenos Aires

- 1935 – O presidente do Brasil, Getúlio Vargas, viaja ao Prata e realiza visita oficial à Argentina. Brasil e Argentina fazem mediação da solução da Guerra do Chaco
- 1961 – Encontro de Uruguaiana, entre os presidentes Jânio Quadros (Brasil) e Arturo Frondizi (Argentina), no qual se assina o *Convênio de Amizade e Consulta*
- 1969 – Assinatura do *Tratado da Bacia do Prata*, por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai
- 1972 – O presidente da Argentina, Alejandro Lanusse, visita o Brasil e assina com o presidente do Brasil, Emílio Médici, acordos bilaterais de integração física
- 1977 – Divergências sobre a Usina de Itaipu levam ao fechamento da fronteira entre Brasil e Argentina. São iniciadas conversas trilaterais para tratar da construção da usina
- 1979 – Brasil, Argentina e Paraguai assinam o *Acordo Tripartite sobre Coordenação Técnico-Operativa para o Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu e Corpus*
- 1980 – Visita do presidente do Brasil, João Baptista Figueiredo, à Argentina. Desde 1935 um presidente brasileiro não visitava o país
- 1980 – O presidente da Argentina, Jorge Videla, visita o Brasil
- 1981 – Encontro entre os presidentes João Figueiredo e Roberto Viola na fronteira entre Brasil e Argentina, na cidade de Paso de los Libres
- 1982 – O Brasil se mantém neutro na Guerra das Malvinas, mas reconhece a soberania argentina sobre as ilhas
- 1985 – Tancredo Neves conclui seu périplo de presidente eleito na Argentina (fevereiro)
- 1985 – Início do processo de aproximação Brasil-Argentina. "*Declaração de Iguazu*" é firmada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, na fronteira entre os países (30 de novembro)
- 1986 – O presidente do Brasil, José Sarney, realiza visita de Estado à Argentina. É assinada a "*Ata de Integração Brasileiro-Argentina*", que estabelece o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)
- 1988 – Assinatura do *Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento*, com base no PICE
- 1990 – Assinatura da *Ata de Buenos Aires* pelos presidentes Fernando Collor e Carlos Menem. Brasil e Argentina decidem conformar um mercado comum até o final de 1994 (6 de julho)

- 1991 – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmam o Tratado para a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul)
- 1991 – Criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)
- 1992 – O presidente Itamar Franco visita a Argentina para participar de reunião do Grupo do Rio (dezembro)
- 1993 – O presidente Itamar Franco realiza visita bilateral à Argentina (25 de maio)
- 1995 – Entrada em vigor da União Aduaneira do MERCOSUL, com a adoção de tarifa externa comum (TEC)
- 1995 – O presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Argentina por ocasião da posse do presidente Carlos Menem (8 de julho)
- 1996 – Visita do presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, à Argentina
- 1997 – Visita de Estado do presidente da Argentina, Carlos Menem, ao Brasil. Formalização da Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina
- 1999 – Visita de trabalho do presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, à Argentina (7 de junho)
- 2002 – Luiz Inácio Lula da Silva visita Argentina em sua primeira viagem como presidente eleito (2 de dezembro)
- 2002 – Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Eduardo Duhalde
- 2003 – Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Eduardo Duhalde (janeiro)
- 2003 – Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, à Argentina (fevereiro)
- 2003 – Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina, para a cerimônia de posse do presidente da Argentina, Néstor Kirchner (25 de maio)
- 2003 – Visita ao Brasil do ministro de Relações Exteriores e Culto da Argentina, Rafael Bielsa (maio)
- 2003 – Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Néstor Kirchner. É sua primeira viagem oficial ao exterior (junho)
- 2003 – Visita de Estado do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (outubro)
- 2004 – Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner assinam a Ata de Copacabana (março)

- 2006 – Visita de Estado do presidente da Argentina, Néstor Kirchner, ao Brasil (janeiro)
- 2006 – Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Néstor Kirchner. Realizadas reuniões bilaterais e trilaterais com o presidente Hugo Chávez (abril)
- 2007 – Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (27 de abril)
- 2007 – Visita ao Brasil da presidenta eleita da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner (novembro)
- 2007 – O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, participa da posse da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner (dezembro)
- 2007 – Adoção do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina – MICBA (dezembro)
- 2008 – Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva à Argentina (fevereiro)
- 2008 – Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina com comitiva empresarial (agosto)
- 2008 – Visita de Estado da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil (setembro)
- 2009 – Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (abril)
- 2009 – Visita de trabalho da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil (novembro)
- 2010 – Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina, por ocasião das comemorações do Bicentenário da Independência daquele país (maio)
- 2010 – Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (agosto)
- 2011 – Visita de trabalho do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, à Argentina. É sua primeira visita oficial ao exterior (10 de janeiro)
- 2011 – Visita de trabalho da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina. É sua primeira visita oficial ao exterior (31 de janeiro)
- 2011 – Visita de trabalho da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil (29 de julho)

- 2011 – Visita da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina, para a posse da presidenta Cristina Kirchner, em seu segundo mandato (10 de dezembro)
- 2012 – Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Héctor Timerman (13 de março)
- 2012 – Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, Héctor Timerman (15 de maio)
- 2012 – Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, à Argentina. Criação do "Diálogo de Integração Estratégica" (11 de outubro)
- 2012 – Visita da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina, para participar da 18ª Conferência Industrial Argentina (28 de novembro)
- 2013 – Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Héctor Timerman (Rio de Janeiro, 19 de fevereiro)
- 2013 – Visita de trabalho da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina (25 e 26 de abril)
- 2013 – Visita de trabalho do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado, à Argentina. É sua primeira visita oficial ao exterior (19 de setembro)
- 2014 – Viagem da presidenta Dilma Rousseff à cidade de Paraná (Argentina), por ocasião da XLVII Cúpula do Mercosul (16 e 17 de dezembro)
- 2015 – Viagem do ministro Mauro Vieira a Buenos Aires (10 a 12 de fevereiro)
- 2015 – Viagem do ministro Mauro Vieira e do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, a Buenos Aires (29 de maio)
- 2015 – Visita da presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, a Brasília, por ocasião da XLVIII Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados (17 de julho)
- 2015 – Reunião de trabalho entre a presidenta Dilma Rousseff e a presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner (17 de julho)
- 2015 – Visita do ministro de Relações Exteriores e Culto da Argentina, Héctor Timerman, a Brasília (27 de agosto)
- 2015 – Visita do presidente eleito da República Argentina, Mauricio Macri, a Brasília (4 de dezembro)
- 2015 – Viagem da presidenta Dilma Rousseff a Buenos Aires por ocasião da posse do presidente da Argentina, Mauricio Macri (10 de dezembro)

- 2016 – Viagem do ministro Mauro Vieira a Buenos Aires (16 de janeiro)
- 2016 – Reunião entre o ministro Mauro Vieira e o ministro da Fazenda e Finanças Públicas da Argentina, Alfonso Prat-Gay, em Brasília (18 de fevereiro)
- 2016 – Visita oficial da vice-presidente da República Argentina, Gabriela Michetti (22 a 24 de fevereiro)
- 2016 – Visita do Ministro da Produção da Argentina, Francisco Cabrera (Brasília, 25 de abril)
- 2016 – Em sua primeira viagem ao exterior, o ministro José Serra visita Buenos Aires, ocasião em que mantém encontro de trabalho com a chanceler Susana Malcorra e é recebido pelo presidente Mauricio Macri. Assinatura do Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Argentina para a Criação do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina (23 de maio)
- 2016 – Nas comemorações do 200º aniversário da independência da República Argentina, o governo brasileiro se fez representar pelo ministro da Defesa, Raul Jungmann, pelo ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general de Exército Sergio Westphalen Etchegoyen, e pelo embaixador do Brasil em Buenos Aires, Everton Vieira Vargas (9 de julho)
- 2016 – Visita do presidente da República, Michel Temer, a Buenos Aires (3 de outubro)
- 2016 – Visita da ministra das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, Susana Malcorra, ao Brasil (Brasília, 8 de dezembro)
- 2017 – Visita de Estado do Presidente Mauricio Macri ao Brasil (7 de fevereiro)
- 2017 – Visita da Ministra da Segurança da República Argentina, Patricia Bullrich, ao Brasil (Brasília e São Paulo, 16 e 17 de fevereiro)
- 2017 – Reunião de Chanceleres do Mercosul e visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira à Argentina (8 e 9 de março)
- 2017 – I Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina (Brasília, 30 de maio)
- 2017 – Visita do ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, embaixador Jorge Faurie, ao Brasil (14 de julho)
- 2018 – Viagem do secretário-geral das Relações Exteriores à Argentina. I Reunião do Diálogo Político-Estratégico Brasil-Argentina. II Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina (16 de abril)

- 2018 – Assinatura do Memorando de Entendimento entre Brasil e Argentina sobre Regulamentos Técnicos do Setor Automotivo (24 de agosto)
- 2018 – Reunião sobre cooperação nuclear Brasil-Argentina [nota conjunta à imprensa] (7 de novembro)
- 2018 – Assinatura da Declaração de Montevideu sobre Cooperação Nuclear Empresarial Brasil-Argentina (17 de dezembro)
- 2019 – Visita do Presidente da República Argentina, Mauricio Macri, ao Brasil (16 de janeiro) [Declaração conjunta] [Atos assinados]
- 2019 – Visita do senhor presidente da República à Argentina (Buenos Aires, 6 de junho) [Declaração conjunta]

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2019.

4. METODOLOGIA E ANÁLISE

Neste capítulo, discutiremos brevemente a metodologia usada nesta pesquisa e, sem seguida, aplicá-la-emos a fim de verificarmos a hipótese.

4.1 Acerca do recorte temporal

A revista *Annales* é imprescindível para a historiografia. Nela, foram sistematizados conceitos chaves para a historiografia moderna, sendo que um deles, a longa duração, será usado nessa pesquisa.

O primeiro grande nome da *Annales* foi Lucien Febvre, que viria a contribuir muito para os trabalhos de Braudel. Febvre trouxe novas características para o trabalho do historiador por meio dos conceitos de história problema, construção do fato histórico, renovação das fontes históricas, história total e interdisciplinaridade. Através desses conceitos, ele introduziu a ideia de que o historiador deve ser orientado por questionamentos (problemas) e, dessa forma, construa o fato histórico não como uma mera recriação de um fato ocorrido, mas sim buscando compreender e encontrar a resposta para a questão colocada. Essas questões colocadas impactam diretamente na duração, no tempo escolhido, pois a partir de então a pesquisa deixa de estar centrada em um evento pré-determinado para se centrar em uma questão. Esses elementos norteiam-nos, pois, ao invés de centrarmos nossa análise em um evento específico, nossa reconstrução histórica buscou responder as questões: como Brasil e Argentina deixaram de ser uma zona conflituosa para se converterem em uma região pacífica e se esses países formam, de fato, uma região de paz duradoura ou é meramente uma zona de paz negativa. Por conseguinte, não nos podemos fixar em uma duração curta, daí a importância do pensamento de Braudel para essa pesquisa.

Fernand Braudel, o grande nome da segunda geração dos *Annales*, apresenta, em seu artigo *História e Ciências Sociais: a longa duração*, três tipos de duração: a curta (eventos), a média (conjuntura) e a longa. A curta duração é a usada na história tradicional; ela diz respeito aos eventos.

Trata-se do tempo na medida do indivíduo e de suas experiências imediatas. Assim, um terremoto que destrói uma cidade, um golpe de Estado que derruba um regime democrático, a assinatura de um tratado econômico de livre comércio

ou a publicação de um novo livro são diversos acontecimentos da história no breve tempo. (ROJAS, 2013, p. 28)

A média duração é aquela da conjuntura, dos ciclos econômicos, etc; ela abarca um tempo maior: anos, décadas, gerações. A longa duração, por sua vez, é a do tempo quase imóvel. Nela, as mudanças são lentas, transcendem à vida dos indivíduos e só é possível ser vista por meio da reconstrução histórica. Em seu pensamento, Braudel afirma que um modelo explicativo deveria mesclar essas três durações. Nesse sentido, em nossa reconstrução histórica, trabalharemos com essas três durações: a longa equivalerá aos períodos de paz negativa e duradoura; a média será as subdivisões extraídas de Kacowicz (zona de paz negativa, zona de paz estável e comunidade pluralista de segurança); e a curta será os eventos que aconteceram nesses períodos.

4.2 *Process-tracing*

O *process-tracing* é uma ferramenta metodológica que nos permite encontrar as causas e compreender o processo²¹ que levou algo a um determinado resultado. Ele pode ser realizado de três formas distintas: testes teóricos, construção de teoria e explicação de resultados. No quadro abaixo, faremos uma síntese dessas três formas.

QUADRO 4 – FORMAS DE *PROCESS-TRACING*

Testes Teóricos	Construção de Teoria	Explicação de Resultados
Objetiva deduzir uma teoria determinada a partir da literatura, sendo para isto empregados testes de hipóteses que verificam se	Parte de evidências empíricas para estruturar uma explicação teórica. Sendo assim, inicia-se por um caso particular a fim de	É a forma mais frequentemente utilizada; é empregada quando se busca uma explicação para um resultado específico.

²¹ Ele viabiliza (i) o teste ou ainda o desenvolvimento de hipóteses sobre mecanismos causais em ação capazes de explicar o caso; (ii) a compreensão das relações causais que geram um fenômeno a partir da cadeia causal e das conexões entre os mecanismos causais e; (iii) a investigação dos mecanismos causais, geralmente em um único caso e com observações *within-case*, que contribuem para as inferências descritivas e causais (AMORIM NETO; RODRIGUEZ, 2016; BENNETT; CHECKEL, 2014; COLLIER, 2011; FALLETI; LYNCH, 2009).

as evidências demonstram a presença das entidades do mecanismo causal e, ainda, se ele ocorre de acordo com o esperado.	construir um mecanismo causal generalizável.	
---	--	--

Fonte: adaptado BEACH, PEDERSEN, 2013; COLLIER, 2011.

Neste trabalho, utilizaremos a explicação de resultados partindo da paz observada entre Brasil e Argentina a fim de entender seus fundamentos, ou seja, quais são as condições necessárias, suficientes e/ou favoráveis para a ocorrência desse resultado, no caso, a paz.

4.3 Análise

No quarto item do segundo capítulo desse trabalho, fizemos uma tabela baseada nos estudos sobre a paz desenvolvidos apontando indicadores para cada um dos tipos. Aqui, uniremos esses indicadores aos eventos históricos explicados no capítulo anterior a fim de enxergarmos quando cada tipo de paz se manifestou nas relações bilaterais.

A zona de paz negativa não demanda nenhuma condição necessária. Ela é um interstício de paz que pode perdurar ou não. No caso da relação Brasil e Argentina, seu início foi na década de 1850, após o fim da Guerra contra Oribe e Rosas. Desde então, houve uma certa paz, apesar de não estar assentada em bases sólidas. Algumas condições favoráveis ajudaram para a manutenção desse cenário como, por exemplo, a resolução das questões fronteiriças e a presença de um *hegemon*.

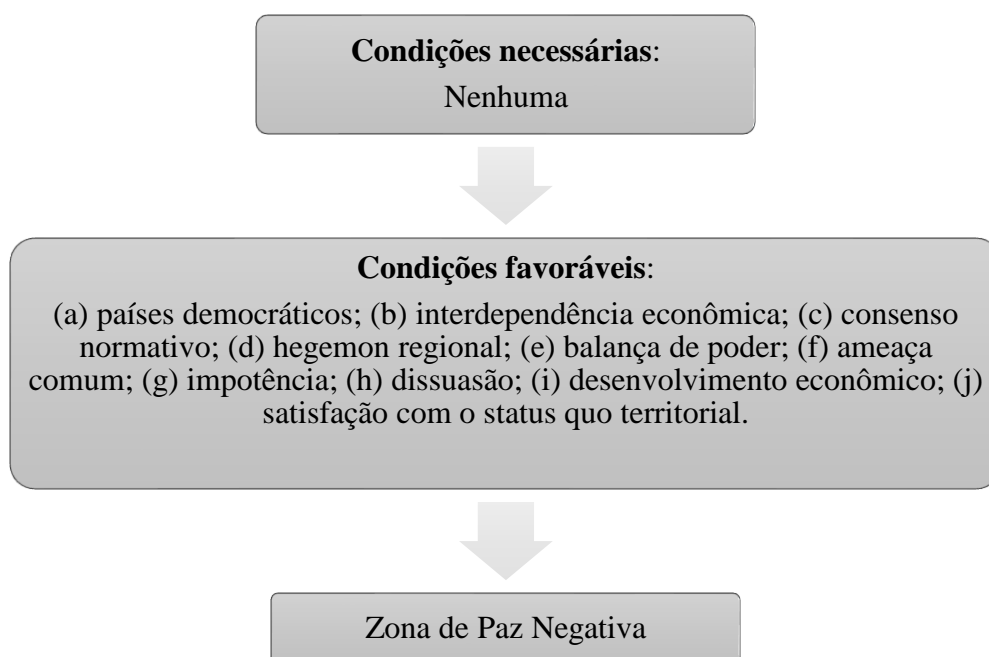
Durante o período colonial e imperial, o Brasil era fortemente ligado à Inglaterra e a influência dessa potência para os processos de guerra e paz no Cone Sul ficam claros no contexto da Guerra da Cisplatina (ou *Guerra contra el Império del Brasil* para a historiografia argentina): diante do impasse/empate no âmbito militar, a pressão britânica fez com que Brasil e Argentina aceitassem sua mediação britânica e fimassem um acordo de paz criando um novo Estado – o Uruguai.

No século XX, o papel hegemônico saiu da Inglaterra e migrou para a figura dos Estados Unidos. Por meio das conferências pan-americanas, os Estados Unidos fizeram uma série de propostas a fim de mitigar a existência de conflitos bélicos de grandes

proporções. Na *Conferência Pan-Americana de Washington* (1889-1890), foi proposta uma espécie de aliança a fim de fomentar um sistema de resolução pacífica de controvérsias; na *Conferência Pan-Americana da Cidade do México* (1901-1902), aprovaram-se resoluções sobre arbitragem de disputas, normas de direito internacional e sobre o comércio interamericano; na *Conferência Pan-Americana de Santiago* (1923), [após a intervenção norte-americana na Nicarágua (1911), no México (1914-1915), no Haiti (1915) e na República Dominicana (1916)], discutiu-se o desarmamento e o limite de material bélico dos países. Nesse momento, a hegemonia norte-americana, pelo menos em relação a América Latina, já era clara. Nesse sentido, ainda sob a lógica de uma hegemonia norte-americana, o *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, TIAR*, (1947) foi assinado. O TIAR foi o primeiro movimento de grande porte em direção a uma paz estável, ele formalizou e institucionalizou a não-agressão no âmbito regional prevendo a não-agressão e a assistência recíproca entre os países americanos²².

²² Artigo 1º - As Altas Partes Contratantes condenam formalmente a guerra e obrigam-se nas suas relações internacionais a não recorrer à ameaça ou ao uso da força de qualquer forma incompatível com as disposições da Carta das Nações Unidas ou do presente Tratado.

Artigo 2º - Como consequência do princípio formulado no artigo anterior, as Altas Partes Contratantes comprometem-se a submeter qualquer controvérsia que possa surgir entre eles aos métodos de solução pacífica e tentar resolvê-lo entre si, através dos procedimentos vigentes no Sistema Interamericano, antes de encaminhá-lo à Assembléia Geral ou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. (OEA, 2018)

FIGURA 5 – FLUXOGRAMA SOBRE A ZONA DE PAZ NEGATIVA

Fonte: fluxograma desenvolvido pela autora.

A paz duradoura, por sua vez, é um cenário no qual há bases sólidas para o estabelecimento da paz, a probabilidade de guerra é extremamente remota e há uma disposição para a solução pacífica de controvérsias. Diferentemente da paz negativa, a paz estável (primeiro tipo de paz duradoura que iremos abordar) tem condições necessárias: o consenso normativo e a satisfação com o *status quo* territorial. A satisfação com o *status quo* territorial aconteceu no final do século XIX por meio do tratado de limites com a Argentina, contudo o primeiro instrumento de consenso normativo quanto à não-agressão só foi feito em 1933 quando, em visita ao Brasil, o presidente argentino firmou o *Pacto Saavedra-Llamas*.

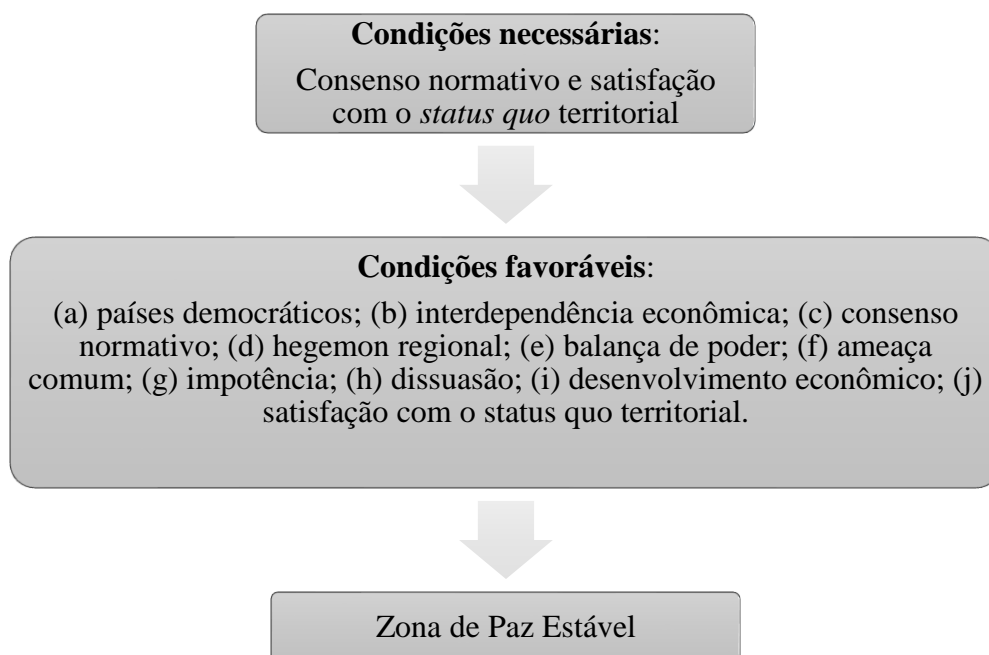
Esse ambiente de paz, todavia, não eliminou possíveis controvérsias, entretanto elas foram resolvidas de forma pacífica: eis onde reside a paz duradoura. Uma zona de paz duradoura não é caracterizada por ausência de controvérsias, mas sim pela solução pacífica delas. Durante a década de 1970, Brasil e Argentina litigaram pelo uso dos recursos hídricos do Rio Paraná e, só ao final desse período, chegou-se a uma solução por meio do *Acordo Tripartite* (acordo esse que foi um ponto de inflexão na relação desses dois parceiros). Esse ponto faz-nos refletir acerca da paz da satisfação de Aron. Podemos

afirmar que, caso ela tenha ocorrido nesse período, foi apenas parcialmente: a satisfação restringiu-se ao campo fronteiriço. As disputas por conta de recursos naturais, por exemplo, demonstram a efemeridade da satisfação como um conceito amplo, que abarcaria diversos setores.

A partir do Acordo, Brasil e Argentina passaram a fechar uma miríade de parcerias sobre as mais diversas matérias. Apesar de várias não serem sobre a área de segurança e defesa propriamente dita, a aproximação e cooperação entre ambos foi fundamental para a promoção da paz, tendo em vista que a integração auxilia à formação de um consenso normativo. Segundo Aguilar,

a cooperação seria a essência da prevenção dos conflitos e implicou na mudança da postura de defesa ofensiva para a defensiva, fazendo com que as crises que surgissem não fossem percebidas como hostis ou perigosas, mas sim, passíveis de serem resolvidas pela diplomacia. Com isso, houve o desenvolvimento de uma série de medidas de confiança mútua no cone sul. (AGUILAR, 2010, p. 183)

FIGURA 6 – FLUXOGRAMA SOBRE A ZONA DE PAZ ESTÁVEL



Fonte: fluxograma desenvolvido pela autora.

QUADRO 5 – ZONA DE PAZ ESTÁVEL ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Condições favoráveis	
(a) países democráticos;	Momentos de democracia e momentos de governos autoritários
(b) interdependência econômica;	Certo nível de relação (ALADI, ALALC e algumas parcerias bilaterais)
(c) <i>hegemon</i> regional;	EUA
(d) balança de poder;	Não se aplica
(e) ameaça comum;	Não se aplica
(f) impotência;	Não se aplica
(g) dissuasão;	Crise dos encouraçados Brasil-Argentina
(h) desenvolvimento econômico	Milagre econômico brasileiro

Condições necessárias	
(a) consenso normativo	Pacto Saavedra-Llamas; TIAR; tratado da ALADI e da ALALC
(b) satisfação com o <i>status quo</i> territorial.	Tratados de limite (1898)

Fonte: quadro formulado pela autora.

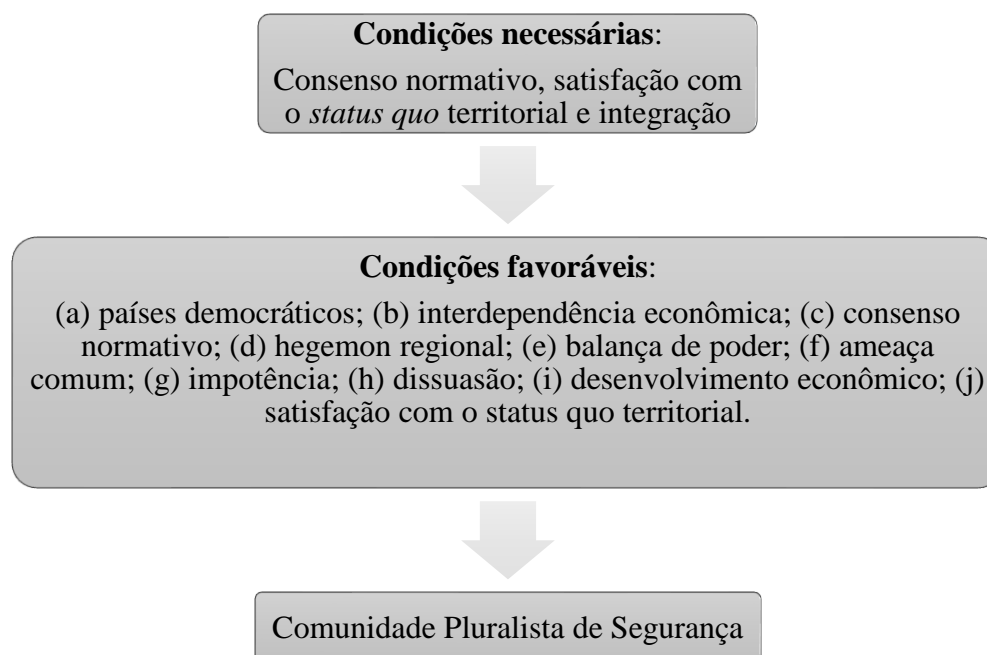
Outro tipo enquadrado dentro do conceito de paz duradoura é a comunidade de segurança. Tal qual a paz estável, ela possui condições necessárias para sua existência: satisfação com o *status quo* territorial, consenso normativo e integração. Como já vimos, as duas primeiras condições foram satisfeitas em 1898 e 1933, respectivamente. A integração, por sua vez, só se iniciou em 1988, ano da assinatura do *Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento*.

Em seu livro *Zonas de Paz no Terceiro Mundo*, Kacowicz afirma que o Cone Sul forma uma comunidade pluralista incipiente, por não ter uma identidade comum

compartilhada, sendo que o centro dessa comunidade é o Mercosul. Ele é uma instituição que gera normas comuns e sub-instituições políticas comuns (como, por exemplo, o Parlasul) e que promove, também, a integração cultural e social. O Mercosul torna-se um instrumento vital da parceria Brasil-Argentina. Nas palavras de Candeas (2017, p. 248), “para o Brasil, trata-se de um projeto político-estratégico dotado de uma dimensão econômico-comercial, um instrumento de consolidação de um entorno de paz, de segurança e de cooperação com a Argentina”.

No primeiro capítulo desse trabalho, vimos algumas características das comunidades pluralistas de segurança como, por exemplo, multilateralismo; fronteiras não fortificadas; mudanças no planejamento militar; uma definição comum de ameaça; discurso e linguagem comunitários; segurança cooperativa e coletiva; alto nível de integração militar; coordenação política contra ameaças “internas”; e, livre movimento de população. Nesse sentido, Brasil e Argentina passam a esboçar esse cenário a partir da década de 90 com a efetivação do processo de integração, a criação do Mercosul, os exercícios militares conjuntos, a transferência de bases militares da fronteira para outras regiões, a livre circulação de pessoas (e mais a frente, com a criação do *Visa Mercosul*), a assinatura do *Protocolo de Brasília* institucionalizando o sistema de solução pacífica de controvérsia e do *Protocolo de Olivos*, que estabeleceu o Tribunal Permanente de Revisão.

FIGURA 7 – FLUXOGRAMA SOBRE A COMUNIDADE PLURALISTA DE SEGURANÇA



Fonte: fluxograma desenvolvido pela autora

QUADRO 6 – COMUNIDADE PLURALISTA DE SEGURANÇA ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Condições favoráveis	
(a) países democráticos;	Redemocratização a partir da década de 1980
(b) interdependência econômica;	Os países do Mercosul têm um forte vínculo econômico (e.g. a Argentina é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil)
(c) <i>hegemon</i> regional;	EUA
(d) balança de poder;	Não se aplica
(e) ameaça comum;	Não se aplica
(f) impotência;	Não se aplica
(g) dissuasão;	Não se aplica

(h) desenvolvimento econômico;	Momentos de prosperidade econômica e de crises
--------------------------------	--

Condições necessárias	
(a) consenso normativo;	Pacto Saavedra-Llamas; TIAR; acordos do Mercosul; Tribunal Permanente de Revisão (Tratado de Olivos) e outros tratados e protocolos das integrações regionais
(b) satisfação com o status quo territorial;	Tratados de limite (1898)
(c) integração regional.	Mercosul; Unasul

Fonte: quadro formulado pela autora.

Por fim, vale a pena mencionarmos alguns detalhes observados. Pudemos notar que algumas variáveis no nível doméstico, regional e hemisférico (continental) impactam nas relações. Quanto ao nível doméstico, percebemos que a mera pré-disposição dos dois chefes de governo não é suficiente para uma aproximação, por exemplo no caso de Peron e Vargas na década de 1950. É essencial que haja, em ambos os Estados, estabilidade política interna e apoio dos membros dos ministérios das relações exteriores para que a aproximação e a cooperação aconteçam. Quanto ao nível regional, o Chile é uma variável importante. Segundo Candeas,

as tensões entre Argentina e Chile no final do século XIX estimularam, por tabela, o aprimoramento dos laços com o Brasil e a solução de um problema fundamental que mudou o patamar da relação (de instabilidade estrutural para instabilidade apenas conjuntural). Em contexto semelhante de tensão entre Argentina e Chile, no final dos anos 1970, a relação bilateral com o Brasil é mais uma vez beneficiada (vide, infra, Itaipu), possibilitando outro salto qualitativo na relação. Nesse sentido, do ponto de vista histórico, o Chile supera em importância a Grã-Bretanha e os Estados Unidos como polo de poder indutor da mudança de natureza do relacionamento Brasil-Argentina. (CANDEAS, 2017, p. 178)

Quanto ao nível hemisférico, a influência norte-americana manifesta-se mais na postura interna dos Estados, que passam a hesitar na adoção de acordos por temerem aparentar um antiamericanismo – essa lógica foi observada durante a primeira metade do século XX, deixando de acontecer, pelo menos de forma explícita, desde então.

5. CONCLUSÃO

Nesse trabalho, buscamos definir o conceito de paz para três autores (Raymon Aron, Kacowicz e Kant) e aplicá-los à análise das relações bilaterais entre Brasil e Argentina.

Vimos que, para Aron, existem três tipos de paz: a paz de potência (que pode ser de hegemonia, de equilíbrio ou de império), a paz de impotência (também conhecida como paz de terror) e a paz da satisfação (a mais improvável segundo o autor). Para Kacowicz, há a possibilidade de que os Estados formem três tipos de zonas de paz: a zona de paz negativa, a zona de paz estável e a comunidade pluralista de segurança. Kant, por sua vez, descreve a paz perpétua.

Ao longo da análise, percebemos que há um certo nível de proximidade entre as propostas desses três autores: a paz negativa de Kacowicz aproxima-se da paz de potência e de impotência de Aron; a paz estável de Kacowicz aproxima-se da paz de satisfação de Aron; a paz de satisfação por sua vez aproxima-se em certa medida da paz kantiana; e essa última, da comunidade pluralista de segurança.

Ao olharmos para as relações entre Brasil e Argentina, percebemos que, ao longo de sua história, é possível observar manifestações da paz de equilíbrio em alguns momentos sobretudo no final do século XIX e início do XX, da paz negativa a partir do fim da Guerra do Paraguai e da paz estável a partir de 1933. Porém, os demais tipos de paz só podem ser observados de forma incipiente como a comunidade pluralista de segurança a partir de 1988 (por ainda faltar uma identidade comum compartilhada) e a paz kantiana (por conta dos órgãos do Mercosul, como o Parlasur, pertencerem ao executivo e não a representantes eleitos diretamente pela população para desempenharem essa função).

Em suma, vimos que o conceito de paz é vasto e complexo e pode ser definido de várias formas. O elemento comum a todas as definições analisadas é que em todos os casos a paz é algo construído e não-natural. Dessa forma, termino esse artigo com a epígrafe inicial, uma citação do discurso de um sul-americano ganhador do Nobel da Paz: “A paz é um processo interminável, é um produto de várias decisões tomadas por muitas pessoas em vários países. É uma atitude, um modo de vida, uma maneira de solucionar problemas e de resolver conflitos”. (SÁNCHEZ *apud* ABRAMS, 2011, p. 22).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e Defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual**. São Paulo: Porto de Ideias, 2010.

BARNETT, Michael; ADLER, Emanuel. **Security Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BARROS, José D'Assunção. **História comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico**. In: **História Social** n. 13. Campinas, 2007.

BARROS, Vera Lúcia Fregonese. **A colônia militar do Chopim – 1882 a 1909**. Florianópolis, 1980. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em História.

BERNAL-MEZA, Raul. **Políticas Exteriores Comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul**. In: **Revista Brasileira de Política Internacional** v. 42(2), 1999. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000200003> Acesso em: 04 dez. 2018.

BERNAL-MEZA, Raul. **Argentina y Brasil en la Política Internacional: Regionalismo y Mercosur (estratégias, cooperación y factores de tensión)**. In: **Revista Brasileira de Política Internacional** v. 51 (2), 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a10.pdf>> Acesso em: 04 dez. 2018.

BLOCH, Marc. **The Historian's Craft**. New York, 1962.

BLOCH, Marc. **Pour une histoire comparée des sociétés européennes**. In : **Revue de Synthèse Historique** v. 6, 1928.

BLOCH, Marc. **Comparaison**. In : **Bulletin du Centre International de Synthèse**. n° 9, Paris, 1930.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos – o caráter sobrenatural do Poder Régio: França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BRAUDEL, Fernand. **The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II**, vol. 1, trans. by Sean Reynolds. New York: Harper and Row, 1972.

———. **The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II**, vol. 2, trans. by Sean Reynolds. New York: Harper and Row, 1972.

———. **History and the Social Sciences: The Longue Durée**. trans. by Immanuel Wallerstein. *Review* 32 (2): 171–203, 2009

BUENO, Clodoaldo. **Passado e Presente das Relações Brasil-Argentina**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/passado-e-presente-das-relacoes-brasil-argentina>> Acesso em: 12 nov. 2018.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; De WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne-Rienner, 1998.

CANDEAS, Alessandro. **A Integração Brasil-Argentina: História de uma Ideia na Visão do Outro**. Brasília: FUNAG, 2010.

CANDEAS, Alessandro. **Relações Brasil-Argentina: Uma análise dos avanços e recuos**. In: **Revista Brasileira de Política Internacional** v. 48 (I), 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000100007&script=sci_arttext> Acesso em: 19 jul. 2018.

CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. **História general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998.

Deutsch, Karl W., and Dieter Senghaas. **A Framework for a Theory of War and Peace**. In: **The Search for World Order**, edited by Albert Lepawsky, Edward H. Buehring, and Harold D. Lasswell, New York: Appleton-Century-Crofts, 1971.

CLEVELAND, Grover. **Laudo arbitral de 1895 - Brasil/Argentina**. Disponível em: <<http://info.lncc.br/att1895.html>> Acesso em: 01 set 2019.

COLLIER, David. **The comparative method**. In: FINIFTER, Ada W. **Political Science: the state of discipline II**. Washington, D. C.: American Political Science Association, 1993.

DEUTSCH, Karl W. **Political Community and the North Atlantic Area**. Princeton: Princeton University Press, 1957.

DI TELLA, Torcuato. **História Social da Argentina Contemporânea**. Brasília: FUNAG, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUZZI, Andre. **Aspectos da Integração Regional em Defesa no Cone Sul**. In: **Revista Brasileira de Política Internacional** v.51 (1): 2008

HEINSFELD, Adelar. **Falsificando telegramas: Estanislau Severo Zeballos e as relações Brasil-Argentina no início do século XX**. In: Anais do IX Encontro Estadual de História. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1211228384_ARQUIVO_FalsificandoTelegramas.pdf> Acesso em 01 set 2019.

KACOWICZ, Arie Marcelo. **Zones of Peace in the Third World: South America and West Africa in Comparative Perspective**. New York: State University of New York Press, 1998.

LAFER, Celso. **Relações Brasil-Argentina: Alcance e Significado de uma Parceria Estratégica**. In: **Contexto Internacional** v. 19 n° 2. Rio de Janeiro, 1997.

LAITIN, David. **Comparative Politics: the State of the Subdiscipline**. In: KATZNELSON, Ira; MILNER, Helen. **Political Science. State of Discipline**. Norton: New York, 2002.

LIJPHART, Arend. **Comparative Politics and the Comparative Method**. In: **American Political Science Review** v. 5, 1971.

LICHBACH, Mark; ZUCKERMAN, Alan. **Research Traditions and Theory in Comparative Politics: An Introduction**. In: LICHBACH, Mark; ZUCKERMAN, Alan. (Eds.), **Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure**. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

LICHBACH, Mark; ZUCKERMAN, Alan. **Paradigms and Pragmatism: Comparative Politics During the Past Decade**. In: LICHBACH, Mark; ZUCKERMAN, Alan. **Comparative Politics: Rationality, Culture, and Structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MAGALHÃES, Diego Trindade d'Ávila. **A Formação de uma Comunidade de Segurança na América do Sul**, 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília.

MAGALHÃES, Diego Trindade d'Ávila. **Comunidade se segurança: a teoria no conceito**. In: **Carta Internacional** (publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais) vol. 7, n. 2, jul.-dez. 2012.

PASQUARELLI, B. V. L. **Política comparada: tradições, métodos e estudos de caso**. In: **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, Vol. 2 – n. 2 – 2014.

PEREZ, Paulo Sérgio. **Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neoinstitucionalismo da ciência política.** In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, 2008.

POPPER, Karl. **Of Clouds and Clocks: an approach to the problem of rationality and the freedom of man.** In: POPPER, Karl. **Objective Knowledge: an evolutionary approach.** Oxford: Clarendon Press, 1972.

RAPPOPORT, Mario; CERVO, Amado. **El Cono Sur: una história en común.** Buenos Aires: FCE, 2002.

RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo. **Argentina y Brasil: de rivales a aliados – política, economía y relaciones internacionales.** Buenos Aires: Capital Intelectual, 2002.

ROJAS, Carlos Antonio. **Fernand Braudel e as ciências humanas.** Londrina: Editora da Universidade de Londrina, 2013

SÁNCHEZ, Oscar Arias. **Acceptance Speech.** In: ABRAMS, Irwin. **Heróis da Paz: o que ganhadores do Prêmio Nobel da Paz têm a nos dizer.** Belo Horizonte: Gutenberg, 2011. ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (Eds.). **Security Communities.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998.

SEWELL, William. **Marc Bloch and the logic of comparative history.** In: **History and theory** vol. 6, n. 2, 1967.

TRATADO DE AMIZADE, LIMITES, NAVEGAÇÃO, COMERCIO E EXTRADIÇÃO (Tratado de Ayacucho), 1867. Disponível em: <<http://info.lncc.br/btt1867.html>>. Acesso em: 01 set 2019.

TRATADO DE LIMITES DE 1898 BASEADO NO LAUDO ARBITRAL DO PRESIDENTE CLEVELAND. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Scdl/pt-br/file/TRATARG.pdf>> Acesso em 01 set 2019.

TRATADO DE MONTEVIDÉU 1890. Disponível em <http://www2.aladi.org/biblioteca/Publicaciones/ALADI/Secretaria_General/Documentos_Sin_Codigos/Caja_062_001_pt.pdf> Acesso em 01 set 2019.

ZUCKERMAN, Alan. **Reformulating Explanatory Standards and Advancing Theory in Comparative Politics.** In: LICHBACH, Mark; ZUCKERMAN, Alan (Eds.). **Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure.** Cambridge, Cambridge University Press, 1997.